

# Sumário

Número de notícias: 31 | Número de veículos: 19

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO  
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Órgão para gerir novo imposto reduz poder de estado mais rico ..... 4

VALOR ECONÔMICO - SP - LEGISLAÇÃO E TRIBUTOS  
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Garantia em ação tributária poderá ser negociada ..... 6

ESTADO DE MINAS - BELO HORIZONTE - MG - POLÍTICA  
SEGURIDADE SOCIAL

TSE retoma julgamento sobre inelegibilidade de Bolsonaro ..... 8

O ESTADO DE S. PAULO - METRÓPOLE  
SEGURIDADE SOCIAL

Brasil, 203 milhões: menos gente, mais domicílios e "agro" do que se esperava ..... 10

AGÊNCIA BRASIL - NOTÍCIAS  
SEGURIDADE SOCIAL

PF investiga fraude contra INSS que causou prejuízo de R\$ 1,5 milhão ..... 13

O GLOBO - ON LINE - RJ - PODCAST  
REFORMA TRIBUTÁRIA

Padilha rechaça crise de governabilidade no Congresso: Aprovamos o plano de prioridades  
..... 14

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA  
REFORMA TRIBUTÁRIA

Economistas projetam queda lenta da Selic - MERCADO S/A ..... 16

ESTADO DE MINAS - BELO HORIZONTE - MG - POLÍTICA  
REFORMA TRIBUTÁRIA

Governo estenderá incentivo para a compra de veículos ..... 18

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS  
REFORMA TRIBUTÁRIA

SP se articula contra comitê que vai administrar receita única de impostos ..... 19

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS  
REFORMA TRIBUTÁRIA

Qual é o peso de São Paulo na reforma? - ADRIANA FERNANDES ..... 20

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS  
REFORMA TRIBUTÁRIA

Novos tributos devem seguir mesmo calendário ..... 21

O GLOBO - RJ - ECONOMIA  
REFORMA TRIBUTÁRIA

"Consumidor vai saber quanto está pagando de impostos" ..... 22

VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA  
REFORMA TRIBUTÁRIA

Alíquota do IBS em "hipótese nenhuma" chegará a 30%, diz Appy ..... 25

VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS  
REFORMA TRIBUTÁRIA

A revenda de usados na PEC da reforma tributária ..... 30

VALOR ECONÔMICO - SP - ESPECIAL COMÉRCIO EXTERIOR  
REFORMA TRIBUTÁRIA

CNI lança propostas para reindustrialização com pegada sustentável .....	31
FOLHA ONLINE - SP - PAINEL REFORMA TRIBUTÁRIA	
MDB faz aceno a Lira e diz que ele vai se consagrar com reforma tributária .....	32
FOLHA ONLINE - SP - MERCADO REFORMA TRIBUTÁRIA	
Haddad compara reforma a 'Constituinte tributária' .....	33
PORTAL TERRA - NOTÍCIAS REFORMA TRIBUTÁRIA	
Haddad confirma manutenção de meta de inflação de 3% em 2024 e defende fim do ano- calendário .....	34
PORTAL UOL - ECONOMIA REFORMA TRIBUTÁRIA	
Haddad/reforma tributária: maioria do setor de serviços está no Supersimples, não é afetado .....	36
FOLHA DE S. PAULO - SP - OPINIÃO TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS	
A quem interessa a não regulamentação das apostas esportivas? (Artigo) .....	37
ESTADO DE MINAS - BELO HORIZONTE - MG - POLÍTICA ECONOMIA	
Pacheco diz que senado fiscalizará BC .....	39
FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO ECONOMIA	
CMN discutirá mudança no sistema de metas de inflação, diz Haddad .....	40
FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO ECONOMIA	
Censo deve mudar números do emprego - VINICIUS TORRES FREIRE .....	42
O GLOBO - RJ - ECONOMIA ECONOMIA	
TCU defende inclusão do Fundo do DF no arcabouço .....	44
O GLOBO - RJ - ECONOMIA ECONOMIA	
Desenrola terá parcelamento em até 60 vezes, com juro de 1,99% .....	45
VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL ECONOMIA	
Sistema de metas é eficaz, mas pode melhorar, diz estudo .....	47
VALOR ECONÔMICO - SP - AGRONEGÓCIOS ECONOMIA	
Plano da Agricultura Familiar terá R\$ 71,6 bilhões via Pronaf .....	48
VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS ECONOMIA	
Conservadorismo de BCs afeta ativos .....	50
VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS ECONOMIA	
Esteves defende corte de 0,5 ponto na taxa Selic .....	51
VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS REFORMA TRIBUTÁRIA	

"Cenário básico é a queda de juro em agosto", diz Berriel.....53

VALOR ECONÔMICO - SP - ESPECIAL COMÉRCIO EXTERIOR  
ECONOMIA

Superávit recorde em 2023 deve ultrapassar US\$ 70 bi.....57

# Órgão para gerir novo imposto reduz poder de estado mais rico

**Eduardo Cucolo**

A proposta de criar um órgão público que administre o imposto sobre bens e serviços destinado a estados e municípios na **reforma tributária** se tomou um novo entrave à aprovação do texto que tramita na Câmara.

Embora ainda não haja um modelo definido para o órgão, estudos apontam que estados mais ricos e grandes municípios terão poder limitado nessa instituição, caso o voto de cada região obedeça critérios populacionais.

Alguns estados, como São Paulo, Pará e Goiás, se opõem à criação do Conselho Federativo do IBS (Imposto sobre Bens e Serviços), imposto que substituirá o ICMS estadual e o ISS municipal. Esses são os dois principais **tributos**, em termos de arrecadação, para esses entes da Federação.

Na segunda-feira (26), o governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas (Republicanos), disse que o "tal conselho federativo" representa a retirada de autonomia dos estados, que "não podem topar isso".

Uma das sugestões apresentadas por alguns governadores é uma câmara de compensação sem poder de gestão, ideia rejeitada em países que lidaram com a questão.

Pela proposta atual, o conselho terá poderes que vão, além de arrecadar o novo tributo, efetuar compensações e distribuir o resultado aos estados e municípios. A instituição poderá editar normas infra legais, de observância obrigatória por todos os entes que o integram, e uniformizar a interpretação e a aplicação da legislação, além de cuidar do contencioso administrativo com os contribuintes.

Esse modelo segue o que estava na proposta do Senado e que foi parcialmente incorporada ao texto da Câmara. Depois de aprovada a **reforma tributária** no nível constitucional, será necessária uma lei complementar para detalhar o funcionamento do órgão.

Uma nota técnica do CCI (Centro de Cidadania Fiscal) sugere um conselho de administração com nove membros e mudança de um terço a cada ano. Para serem eleitos, precisam superar 25% dos votos,

percentual que não seria alcançado pelos estados de nenhuma região isoladamente.

"Nenhum estado ou município, nem São Paulo, que é o mais populoso, conseguiria eleger sozinho um membro do conselho de administração. Todos vão precisar compor para escolher os melhores quadros. Haja poder de negociação", disse o diretor do CCI e ex-ministro Nelson Machado ao apresentar a proposta em reunião do Grupo de Trabalho IVA no século 21, do Núcleo de Estudos Fiscais da Fundação Getúlio Vargas.

Segundo Carlos Ari Sundfeld, professor da FGV Direito SP, o órgão segue a lógica de um consórcio empresarial, no qual se busca unir esforços, mas evitar que um sócio exerça dominação pelos demais.

A ideia é criar uma entidade pública, mas que não faça parte de nenhuma administração pública -um modelo que não é novidade no país.

"A Ordem dos Advogados do Brasil é exatamente isso, uma entidade pública, de direito público, que exerce poderes públicos, e não faz parte da União nem dos estados e municípios", afirmou Sundfeld.

Ele afirma que é importante não "inflacionar" o texto constitucional com todos os detalhes sobre o funcionamento do órgão, pois muitas questões terão de ser adaptadas a partir do seu funcionamento.

Ele diz não ver inconstitucionalidade na proposta, e cita a solução dada pelo STF (Supremo Tribunal Federal) ao tratar da questão da necessidade de coordenação dos entes públicos na prestação de serviços de saneamento.

Melina Rocha, diretora de Cursos da York University (Canadá) e membro do grupo da FGV, afirma que a mudança na regra de tributação do local de produção para o de destino torna necessária essa integração. Caso contrário, a empresa terá de se inscrever para recolher **tributos** em todos os estados e em mais de 5.500 municípios.

Em países como Canadá e Índia, que também têm **tributos** subnacionais, a operação entre diferentes regiões é feita pelo governo central, algo que é rejeitado por governadores e prefeitos no Brasil.

Melina afirma ser impossível implementar uma câmara de compensação envolvendo 5.570 municípios e diz que esse mecanismo já foi discutido e descartado por outros países nas últimas décadas. "Essas propostas de câmara de compensação no nível internacional já foram rejeitadas há muito tempo."

O advogado e professor da PUC-RS Paulo Caliendo, que também é conselheiro da CNM (Confederação Nacional dos Municípios), afirma não ver nenhuma ofensa ao federalismo e diz que outros países, como Portugal e Alemanha, estabelecem a repartição de competências entre alguns entes. Em nenhum desses países, no entanto, há algo semelhante ao Conselho do IBS, pois o Brasil estabeleceu os municípios como entes federados.

"Esse conselho tem uma natureza muito específica e inovadora no nosso sistema e também na experiência internacional. Não há paralelo. O conselho é peça chave para adoção de um IBS. Fora dele, dificilmente teremos um mecanismo adequado."

O novo texto trouxe poucas alterações em relação à proposta do Senado. Entre as novidades estão a reserva dos cargos de administração tributária e procuradoria a servidores dessas carreiras de estados e municípios.

Outra mudança é o comando constitucional para que o conselho e a administração tributária da União atuem para harmonizar normas, interpretações e procedimentos relativos aos dois **tributos** sobre bens e serviços.

Pela proposta atual, cuja votação está prevista para o início de julho, PIS e Cofins (**tributos** federais) virariam a chamada CBS (Contribuição sobre Bens e Serviços), de responsabilidade da **Receita Federal**. OIPI (também federal) se tornaria um Imposto Seletivo. O IBS seria a fusão de ICMS com ISS, sendo administrado por Conselho Federativo formado por estados, Distrito Federal e municípios. A versão da reforma apresentada na semana passada prevê que os **tributos** federais criados pela proposta ficam sob responsabilidade da **Receita Federal**, enquanto o IBS será gerido pelo conselho federativo, sem a participação da União.

**Reforma tributária** precisa simplificar, senão não vale a pena mudar, diz Esteves

O presidente do conselho de administração do BTG Pactual, André Esteves, afirmou que a **reforma tributária** é um importante passo para melhorar a produtividade da economia e o ambiente de negócios. "A reforma, ainda mais em um sistema caótico como o

brasileiro, pode trazer muito benefício", disse em evento promovido pelo banco nesta quarta (28). As declarações de Esteves estão em vão no mesmo sentido do que disseram os presidentes de Bradesco e Itaú, na véspera. Esteves acrescentou que espera que a reforma simplifique o sistema tributário no país, sem aumentar os **impostos** cobrados das pessoas e empresas. "Tem que sair para uma forma mais simples, senão não vale a pena mudar."

**Site:**

<https://acervo.folha.com.br/digital/index.do?notop=1&ga=2.30494461.336941445.1688007881-1980247189.1672582619>

# Garantia em ação tributária poderá ser negociada

*Raphael Di Cunto, Marcelo Ribeiro, Guilherme Pimenta e Beatriz Olivon De Brasília*

O relator do projeto de lei do **Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf)**, deputado Beto Pereira (PSDB-MS), deve aceitar o acordo entre a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, para os casos de empate nos julgamentos de litígios tributários, mas tende a fazer modificações no texto.

Quer ampliar o número de parcelas para quitação de dívidas e criar um "rating de garantias", em que empresas consideradas boas pagadoras poderiam negociar a garantia oferecida nos processos fiscais.

O acordo entre Haddad e OAB permitirá que, nos casos de empate nos julgamentos do **Carf** e a vitória da Fazenda, o contribuinte possa pagar a dívida sem multas e juros, se decidir não recorrer ao Judiciário. A União defendia a volta do chamado "voto de qualidade" - o desempate pelo presidente da turma julgadora, representante do Fisco. Uma medida provisória (MP) foi editada com esse conteúdo e vigorou de janeiro a maio, mas perdeu a eficácia.

O relator disse ao Valor que os processos julgados nesse período "precisarão de um desfecho" no seu projeto de lei e a tendência é acolher emenda do deputado Joaquim Passarinho (PL-PA) para que sejam refeitos. "O contribuinte que perdeu o processo tem direito a gozar dos benefícios que estamos criando na lei ou irá judicializar." Pereira também já decidiu rejeitar a proposta do governo de limitar o acesso ao **Carf** a processos com valor superior a mil salários mínimos e manterá o atual limite, de 60 salários mínimos (equivalente, hoje, a R\$ 79,2 mil). Apesar disso, vai incorporar a sugestão de criar uma segunda instância recursal dentro da **Receita Federal**, com análise colegiada, e que deverá nortear suas decisões com base nos julgados do **Carf**.

"Se forem diligentes nessa avaliação prévia e usarem a jurisprudência do **Carf**, já haverá um filtro bem maior sobre os processos que chegam ao conselho", disse. Nessa segunda instância, será permitida sustentação oral do próprio contribuinte, contador ou advogado contratados.

Outro ponto que o relator pretende modificar no projeto

é a chamada "política de conformidade", em que as empresas se enquadram em regras estabelecidas pelo Fisco para cumprimento da **legislação tributária** e acessória e, em troca, têm acesso a benefícios, como avaliação mais rápida de seus processos aduaneiros, por exemplo. Pereira ainda analisa emenda para que as multas da **Receita Federal** sejam menores para essas empresas - mas majoradas caso fique comprovada fraude, sonegação ou reincidência. Deve conversar sobre esse ponto com Haddad.

Além disso, o relator disse ao Valor que aceitará emenda proposta pelos auditores da Receita para que eles possam firmar transações tributárias com os contribuintes antes da inscrição na dívida ativa.

Esse ponto gerou impasse com a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) e reclamações, dentro do ministério, de que ele não estaria aberto ao diálogo.

Na avaliação de integrantes da Advocacia-Geral da União (AGU) e da PGFN, essa emenda seria um jeito de excluir os procuradores da negociação das dívidas e esse modelo não seria o melhor porque os próprios auditores fiscais negociariam as autuações que eles lavraram.

Os auditores, por sua vez, defendem que já existe a possibilidade de transação tributária pela Receita, no programa Litígio Zero. Mas reconhecem a tentativa de ampliar a área de atuação e sugeriram a parlamentares que débitos com a União ainda não inscritos na dívida ativa possam ser renegociados antes.

Pereira defendeu ao Valor que permitir a negociação prévia é mais célere e justo. "Se inscrever na dívida ativa, já aumenta o valor em 10% por causa dos honorários dos procuradores", afirmou.

Uma das principais inovações que o relator tende a acolher é a criação do "rating das garantias", que permitirá, por exemplo, que empresas consideradas "sólidas" e boas pagadoras de **impostos** depositem um valor menor como garantia ao ingressarem com processos judiciais.

Com essa modalidade, o dinheiro entra antes na conta do Tesouro, diferente do que acontece quando o contribuinte contrata seguro garantia ou obtém

liminares que afastam a cobrança e deixam a União sem acesso aos valores.

Hoje, a garantia precisa ser apresentada de forma integral, no mesmo valor do litígio, assim que a empresa leva a disputa ao Judiciário, seja porque abriu mão da esfera administrativa - as Delegacias Regionais de Julgamento e **Carf** - ou porque perdeu no administrativo.

Para fins da contabilidade pública, a garantia depositada na conta da União, mesmo que parcial ou parcelada, conta para fins do resultado primário do governo federal, diferentemente do que acontece nos casos de liminares e seguro garantia. Seria uma forma de ajudar os planos de Haddad de elevar a arrecadação e cumprir as metas do novo arcabouço fiscal.

O relator pretende se reunir hoje com o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), e apresentar o relatório na sexta-feira.

A intenção é votar na segunda-feira à noite em plenário e depois encaminhar o texto para o Senado.

**Notícias Relacionadas:**

VALOR ONLINE  
Garantia em ação tributária poderá ser negociada

**Site:** <https://valor.globo.com/virador/#/edition/187588>

# TSE retoma julgamento sobre inelegibilidade de Bolsonaro

O Tribunal Superior Eleitoral (TSE) retoma, hoje, às 9h, o julgamento da Ação de Investigação Judicial Eleitoral (Aije) 0600814-85, que pede a inelegibilidade de Jair Bolsonaro e Walter Braga Netto, candidatos à Presidência da República nas eleições 2022, por abuso de poder político e uso indevido dos meios de comunicação. O TSE reservou três sessões para a análise do processo, nos dias 22, 27 e 29 deste mês. A sessão plenária poderá ser acompanhada ao vivo pelo canal do TSE no YouTube. Na sessão de terça-feira, o ministro-relator Benedito Gonçalves leu e já proferiu seu voto pela inelegibilidade de Bolsonaro até 2030. Hoje, a sessão terá início com o voto do ministro Raul Araújo, e, em seguida, votam os ministros Floriano de Azevedo Marques, André Ramos Tavares, Cármen Lúcia (vice-presidente do TSE), Nunes Marques e, por último, Alexandre de Moraes, presidente do Tribunal.

O julgamento começou no dia 22, quando o corregedor-geral da Justiça Eleitoral, Benedito Gonçalves, leu a íntegra do relatório, um resumo da tramitação da ação no TSE, informando as diligências solicitadas, os depoimentos tomados, bem como as perícias e as providências requeridas pelo relator na etapa de instrução processual. Na mesma sessão, o representante do Partido Democrático Trabalhista (PDT) apresentou os argumentos da acusação, o advogado fez a defesa dos acusados, e o Ministério Público Eleitoral (MP Eleitoral) apresentou parecer sobre o caso.

Na sessão de terça-feira, Benedito Gonçalves apresentou o voto e se posicionou pela inelegibilidade de Jair Bolsonaro, por oito anos, por abuso de poder político e uso indevido dos meios de comunicação praticados em reunião com embaixadores estrangeiros, no Palácio da Alvorada, em 18 de julho de 2022. Benedito afirmou que houve responsabilidade direta e pessoal de Bolsonaro ao praticar "conduta ilícita em benefício de sua candidatura à reeleição". O prazo de inelegibilidade é contado a partir das eleições de 2022. Na mesma sessão, o ministro votou pela exclusão de Braga Netto da sanção de inelegibilidade por entender que não ficou demonstrada sua responsabilidade na conduta.

No primeiro dia de julgamento, o PDT afirmou, em sustentação oral, que a ação não tem como foco apenas uma reunião, com claro desvio de finalidade, de um presidente da República com embaixadores

estrangeiros. "Trata-se de uma Aije contra ataques sistemáticos ao sistema eleitoral, em defesa das instituições e da democracia", disse o representante do partido.

O advogado de Bolsonaro e Braga Netto sustentou, em síntese, que não houve qualquer hostilidade antidemocrática ao sistema eleitoral no evento, que classificou como "típico ato de governo", em que não se tratou sobre eleições e não houve pedido de votos, comparação entre candidaturas ou ataques a oponentes. Portanto, ressaltou, é um "ato que não pode ser enquadrado como abuso do poder político ou uso indevido dos meios de comunicação". O parecer do MP Eleitoral foi pela parcial procedência da ação do PDT, para que seja declarada a inelegibilidade somente de Bolsonaro, sendo isento da sanção Braga Netto.

Na pauta da sessão de hoje, haverá ainda o exame de representação da coligação Brasil da Esperança envolvendo aplicação de multa de R\$15 mil contra Jair Bolsonaro por divulgação de conteúdo com falsa informação durante a campanha de 2022. O processo foi retirado do plenário virtual em razão de pedido de destaque formulado pelo ministro Alexandre de Moraes. Há também outro processo referente a uma multa por propaganda eleitoral na eleição para governador do Paraná no ano passado.

### Ex-presidente divulga vídeo de Lupi

O ex-presidente Jair Bolsonaro publicou um vídeo na redes sociais ontem no qual compara seu posicionamento a favor do voto impresso ao do ministro da **Previdência Social**, Carlos Lupi. O ministro também é presidente do PDT, partido que ajuizou a ação contra Bolsonaro no Tribunal Superior Eleitoral (TSE) por abuso de poder em reunião com embaixadores. O vídeo é uma reação ao voto do ministro Benedito Gonçalves favorável à inelegibilidade do ex-presidente.

Bolsonaro recuperou um vídeo de fevereiro de 2022 que mostra Carlos Lupi dizendo que, desde o surgimento da urna eletrônica, há 25 anos, Leonel Brizola, antigo líder do PDT, já defendia a impressão do voto. "Sem a impressão do voto não há possibilidade de recontagem. Sem recontagem, a fraude impera", finaliza Lupi.

Na época, Lupi, entretanto, disse a proposta do partido era diferente da de Bolsonaro. "Nós do PDT temos uma posição histórica sobre a urna eletrônica. Nós sempre achamos, e isso tem mais de 20 anos, desde a sua introdução, que a urna eletrônica deveria ter a impressão do voto do lado, com uma impressora, com uma tela transparente, para se conferir o voto e depois ir pra urna. Não aconteceu até agora. Aceitamos que seja feito com 10% desse total de urnas eletrônicas", disse ele na ocasião.

"Nós nunca vamos defender o que esse homem do mal que está no Palácio do Planalto quer. Ele quer voltar atrás, ele quer voltar ao voto manual, ele quer ameaçar a democracia, ele quer levar a suspeição sobre a sua derrota certa. Nós confiamos no TSE, nós acreditamos na lisura, na democracia e na imparcialidade do TSE. O que nós queríamos antes, e continuamos querendo, é que tenha uma impressão automática ao lado da urna para poder se conferir o voto. Agora, não é isso que o Bolsonaro quer. O que o Bolsonaro quer é avisar um golpe que ele quer preparar pela derrota certa. O PDT jamais aceitará golpe, principalmente desse coisa ruim que está em Brasília", disse Lupi também.

MENDONÇA O ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) André Mendonça, indicado por Bolsonaro, afirmou ontem que espera que o ex-presidente tenha um julgamento justo no Tribunal Superior Eleitoral (TSE), evitando uma suposta perseguição. "Assim como não queremos perseguição para um lado, não podemos, por conveniência ou circunstância, compactuarmos com atitudes que não garantam os mesmos direitos de defesa e justiça para quem não pense ideologicamente como nós", destacou André Mendonça, que participa de evento jurídico em Lisboa.

**Site:**

<https://digital.em.com.br/estadodeminas/29/06/2023/p1>

# Brasil, 203 milhões: menos gente, mais domicílios e "agro" do que se esperava

**ROBERTA JANSEN**

Com 203 milhões de habitantes em 2022, o Brasil teve o menor crescimento populacional em 150 anos, revelam os primeiros números do Censo 2022, divulgados ontem. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), de 2010 (contagem anterior) a 2022, a taxa média de crescimento anual da população foi de 0,52% - a primeira abaixo de 1% e a menor registrada desde o primeiro levantamento, em 1872. Ainda não está claro o papel da covid-19, que reduziu nascimentos e ampliou o número de mortes, mas o registro de um novo Brasil é claro: com menos gente do que era esperado, em mais domicílios (casas e apartamentos), e com capitais perdendo população para as novas fronteiras do agronegócio.

Economicamente, se consolida o fim do chamado bônus demográfico (quando a proporção de jovens, a população economicamente ativa, é alta na comparação à fatia de idosos e crianças, o que eleva a chance de ganhos no **PIB**). Para grande parte dos especialistas, o Brasil desperdiçou a oportunidade, que teria começado há cerca de 50 anos, de chegar ao primeiro mundo.

"Na década de 1970, quando o bônus começava, nos endividamos muito. Nos anos 1980, tivemos a crise do endividamento externo; depois, a hiperinflação", disse ao Estadão José Ronaldo de Castro Souza Jr, pesquisador do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), no ano passado.

Até hoje, as projeções apontavam que só a partir de 2030 os efeitos do bônus começariam a se dissipar e a população se tornaria majoritariamente envelhecida, aumentando a pressão sobre os gastos da saúde e da **previdência social**.

Mas os demógrafos do IBGE ainda não sabem dizer se este momento foi antecipado pela pandemia. "Nossos demógrafos estão debruçados sobre os números para entender se essa tendência (de queda do crescimento) se acelerou", disse o presidente interino do IBGE, Cimar Azeredo. "Fizemos o censo logo depois da maior crise sanitária do mundo, a pandemia de covid-19. Precisamos de mais tempo para entender os efeitos demográficos, disse.

"O IBGE ainda vai divulgar outros temas do Censo,

incluindo migrações, renda e aglomerados subnormais", afirmou o coordenador técnico do Censo, Luciano Duarte. "A partir desses resultados, será possível avançar nas explicações sobre as taxas de crescimento da população."

**SURPRESA.**

O número surpreendeu até o IBGE, que há cinco anos projetou um número de 214 milhões para 2022 - depois que não houve recursos para realizar uma contagem intermediária entre os Censos, prevista para 2015.

A população total do País chegou agora a 203,1 milhões, crescimento é de 6,5%, ante o último censo demográfico. O relatório do instituto registra que o maior salto demográfico foi "na década de 1950, com taxa média de crescimento anual de 2,99%". O que não deve se repetir. "No começo dos anos 1960, inicia-se lentamente o declínio dos níveis de fecundidade e, a partir dos anos 1970, já é possível verificar a redução do crescimento populacional." Segundo os novos dados, o Sudeste segue como a região mais populosa do País, com 84,8 milhões de habitantes (41,8% da população). Os três Estados mais populosos - São Paulo, Minas e Rio - concentram 39,9% da população.

**INTERIORIZAÇÃO E POPULAÇÃO EM QUEDA.**

Os dados revelam um inédito movimento de interiorização e de "fuga" de grandes municípios. Entre as possíveis explicações estão o avanço do agronegócio, um dos principais motores da economia nos últimos anos, e as mudanças nas dinâmicas de trabalho, que permitiram o trabalho remoto e menor concentração de mão de obra em grandes centros urbanos.

Entre as 319 maiores cidades do Brasil (aquelas com mais de cem mil habitantes), 39 apresentaram redução populacional na comparação entre os números de 2010 e 2022 - entre 2000 e 2010, só houve redução em 4. "No contexto de crescimento populacional cada vez mais baixo vivido pelo País, um fato a ser destacado é que o fenômeno da redução da população, antes bastante presente nos municípios pequenos, passa também a ser cada vez mais observado nos municípios maiores", destaca o Censo.

Por outro lado, vêm aumentando as populações dos municípios vizinhos às maiores cidades, revelando alteração do fluxo migratório. Há um padrão de interiorização, acrescenta o texto, que contém elevada densidade demográfica no Distrito Federal e densidades de menor expressão em nível nacional no Centro-Oeste, com exceção de DF e Goiás, e em todos os Estados da Região Norte, ressaltando que a interiorização é mais intensa ao longo das rodovias e dos rios. O maior crescimento populacional relativo vem ocorrendo justamente na Região Centro Oeste - base do agronegócio -, com taxa média de 1,2% ao ano, nos últimos 12 anos.

"O fenômeno da interiorização está bem documentado desde o Censo de 2000 (e também em 2010) por motivos econômicos.

A atividade econômica começou a crescer mais em áreas rurais, ligadas ao agronegócio.

Começou a haver uma demanda maior por trabalho nessas regiões, inclusive com maiores salários, o que atraiu a população das cidades", diz Daniel Duque, economista do Instituto Brasileiro de Economia (Ibre) da Fundação Getúlio Vargas (FGV).

"De fato, as capitais estão crescendo menos ou mesmo perdendo população para os demais municípios da concentração urbana; isso é um fato novo no Brasil", afirma o diretor de Geociências do IBGE, Claudio Stenner. "Ainda não temos explicação sobre o por quê de isso estar acontecendo, mas, em parte, certamente, é por conta do próprio esgotamento territorial." No site do Estado (https://l1nq.com/estadaocidadescenso2022), você pode conferir o avanço cidade a cidade, entre 2010 e 2022.

#### MAIS CASAS.

Houve um substancial crescimento no número de domicílios no País. De um total de 67.569.688 registrados em 2010 (data do censo anterior), o número saltou para 90.688.021 - um aumento de 34% ou o equivalente a 1/3 do total. Este aumento foi registrado em todos os Estados e no Distrito Federal.

Entre os municípios com o maior número de domicílios estão São Paulo, Rio, Salvador, Brasília e Fortaleza. No entanto, os maiores aumentos nos números de domicílios foram registrados em pequenos municípios do interior, caso de Abadia de Goiás (GO), com aumento de 197%, Canaã dos Carajás (PA), com 176%, Goianira (GO), com 143%, Extremoz (RN), com 136%, e Iranduba (AM), com 130%. Por outro lado, a média de moradores por domicílio caiu entre 2010 e 2022, passando de 3,31 para 2,79 - uma queda de

18,7%, um número ainda mais acentuado do que o registrado entre 2000 e 2010, de 13,5%. A Região Norte apresenta a maior densidade domiciliar (3,3 moradores), enquanto a Sul registra a menor, 2,6. "A redução da média de moradores por domicílio explica, em parte, o crescimento expressivo do número de domicílios", afirmou o diretor de Geociências do IBGE, Cláudio Stenner, ressaltando, no entanto, que as razões do aumento ainda estão sendo estudadas.

#### POR CIDADES.

O levantamento destaca que Taboão da Serra (SP), Diadema (SP), São João de Meriti (RJ), Osasco (SP), Carapicuíba (SP) e São Caetano do Sul (SP) são os seis únicos municípios com densidade populacional superior a 10 mil habitantes/km<sup>2</sup>.

\*

#### Mais lares no território

Um em cada 3 domicílios recenseados no País surgiu nos últimos 12 anos; nº já passa de 90 mil

#### A incógnita covid-19

Pandemia, com aumento de mortes e redução das taxas de fecundidade, tem efeito ainda incerto

\*

"Não para de chegar gente", diz moradora de Canaã dos Carajás (PA)

Distante 777,7 km da capital Belém, Canaã dos Carajás, no sudeste paraense, aumentou em 188,5% a quantidade de habitantes em 12 anos, passando de 26.716 para 77.079. O crescimento foi impulsionado, principalmente, pela exploração de minério na região.

A Vale atua no município, com dois complexos: a Mina do Sossego, instalada em 2004, que se dedica à exploração de cobre, e o Projeto S11D, de 2016, maior complexo minerador da história da multinacional. Ao todo, 4.900 empregados atuam nos dois polos da empresa, o que representa 6,3% da população atual. Em 2010, eram cerca de 1.400 empregos próprios da mineradora.

"Em dez anos, conseguimos trabalho de carteira assinada, estabilidade, casa própria e carro. E não para de chegar gente na cidade", conta a assistente administrativa Jennifer de Sousa, de 25 anos. Há dez anos, ela saiu de Marabá, distante 4 horas de ônibus. Ainda adolescente, ela e mais dois irmãos seguiam com seus pais que, à época, buscavam uma oportunidade de trabalho. "Chegamos aqui e logo eles

conseguiram um emprego. Tanto meu pai como minha mãe trabalham em empresas que são contratadas pela Vale." Com a ampliação dos royalties, novos investimentos estão sendo feitos na cidade.

"Estamos com a construção do Hospital Municipal de Média e Alta complexidade, obra iniciada, orçada em 200 milhões. E ainda temos a construção de três novas Unidades Básicas de Saúde na zona rural", disse o secretário municipal de saúde, Marcos Silveira.

ROBERTA PARANAENSE, ESPECIAL PARA O  
ESTADÃO

**Site:** <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

# PF investiga fraude contra INSS que causou prejuízo de R\$ 1,5 milhão

*Publicado em 29/06/2023 - 08:11 Por Vitor  
Abdala - Repórter da Agência Brasil - Rio de Janeiro*

A Polícia Federal (PF) faz nesta quinta-feira (29), no Rio de Janeiro, operação contra um esquema de fraude previdenciária que causou prejuízo estimado de R\$ 1,5 milhão aos cofres públicos. A Operação Quarteto Fantasma cumpre cinco mandados de busca e apreensão expedidos pela 6ª Vara Criminal do Rio.

Segundo a PF, a organização criminosa investigada usava documentos falsos para receber, de forma indevida, benefícios previdenciários, como pensão por morte e aposentadoria.

No caso da pensão por morte, o grupo coletava dados e cadastros de pessoas já falecidas e usava as informações para obter os benefícios no Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**). Ainda com o uso de documentos falsos, eles abriam contas bancárias e faziam empréstimos consignados no valor máximo permitido pelo banco.

No caso das aposentadorias, a quadrilha informava dados falsos para acrescentar, de modo fraudulento, tempo necessário para obter o benefício.

A PF estima que, com a operação, evitou prejuízo de R\$ 6 milhões aos cofres públicos.

Os investigados responderão pelos crimes de estelionato previdenciário, falsificação de documento público, uso de documento falso e organização criminosa.

**Site:** <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2023-06/pf-investiga-fraude-contrainss-que-causou-prejuizo-de-r-15-milhao>

# Padilha rechaça crise de governabilidade no Congresso: Aprovamos o plano de prioridades

O ministro das Relações Institucionais, Alexandre Padilha, rechaçou uma possível crise de governabilidade no Congresso. No podcast 2+ 1, com os colunistas Vera Magalhães e Carlos Andreazza, ele disse que o governo conseguiu cumprir o seu plano de prioridades e as derrotas que aconteceram na Câmara não foram em projetos cruciais para a gestão Lula III.

A gente estava abraçado a esse plano. Não significa uma base só do governo, mas muitas vezes com votos de partidos da oposição a gente conseguiu cumpri-lo de forma plena. Nesse sentido, com todas as dificuldades, tensão, críticas, fragmentação muito grande dos partidos, no fundamental a governabilidade estava amparada. Estamos conseguindo terminar o primeiro semestre de forma muito positiva, analisou.

Também ministro da articulação política nos dois primeiros governos Lula, Alexandre Padilha diz que o Executivo constrói um novo tipo de relação com o Congresso e ponderou a falta de maioria parlamentar. Ele criticou o que seria terceirização da governabilidade feita por Bolsonaro, que entregou o Orçamento ao Parlamento.

Não vai ser o que foi no primeiro e segundo governo de Lula, como também não vai ser o que era com Bolsonaro. Estamos construindo um novo modelo; baseado, primeiro, em qual é o programa, quais são as prioridades. Vamos ter que construir uma agenda para o segundo semestre. É uma base não sobre governo e oposição, mas uma base temática sobre propostas, projetos, analisou.

Segundo o ministro, o plano do governo estava baseado em cinco pontos principais. Evitar composições instáveis nas comissões permanentes na eleição das presidências do Senado e Câmara; reformular as 13 MPs de Bolsonaro editadas em dezembro e evitar torná-las em pautas bomba; remanejar o Orçamento para pagamento do Bolsa Família, reajuste dos servidores federais e derrubada de vetos do Bolsonaro; recriar os programas sociais; aprovar o marco fiscal e conseguir encaminhar a votação da **reforma tributária** na Câmara no 1º semestre.

No podcast 2+1, questionado sobre os ruídos com o Legislativo diante da CPI do MST e a CPMI dos Ataques Golpistas, o ministro destacou a atuação do governo na comissão mista.

As CPIs têm situações diferentes. Na CPMI, o governo tem conseguido conduzir da melhor maneira possível. Derrotou todos os requerimentos apresentados pela oposição. A CPMI vai demarcar uma linha entre aqueles que defendem a democracia, os que rechaçam os atos golpistas. Nós conseguimos aprovar um roteiro na CPMI que é exatamente o que defendíamos desde o começo: mostrar que o 8 de janeiro começou a ser planejado um dia depois da eleição, afirmou.

O ministro falou ainda sobre a iminente **reforma ministerial** no governo. Ele admitiu a demanda do União Brasil pela reformulação no Ministério do Turismo, de Daniela do Waguinho. O deputado Celso Sabino, indicação de Arthur Lira, tem o aval da bancada do partido.

O União Brasil, de fato, trouxe esse tema. A expectativa é que nas próximas semanas possa existir um desfecho em relação a isso. Não é nenhuma avaliação negativa à atuação de qualquer ministro, mas nesse caso de ministérios que foram construídos por indicação partidária é absolutamente natural que um partido possa querer rediscutir essa composição, ponderou.

O ministro também garantiu a ministra Nísia Trindade na Saúde. A pasta robusta em recursos também é alvo do Centrão e a ex-presidente da Fiocruz atravessa um momento de fritura no governo.

Desde o começo, a decisão do presidente Lula foi de um ministério que ele não queria discutir a composição partidária, até pelo quadro da pandemia. Ele defendia desde o começo identificar um quadro da saúde pública, tinha um desejo que fosse uma mulher. Ele estabeleceu isso como critério, diferentemente de outros ministérios, que o critério de composição foi a partir dos partidos que compõe o Congresso, pontuou.

**Site:**

**<https://oglobo.globo.com/podcast/noticia/2023/06/padilh-a-rechaca-cri-se-de-governabilidade-no-congresso-aprovamos-o-plano-de-prioridades.ghtml>**

# Economistas projetam queda lenta da Selic - MERCADO S/A

**AMAURI SEGALLA**

Até que ponto a Selic tem margem para cair? Segundo a maior parte dos economistas, ela não deverá recuar muito em 2023. A expectativa é que caia 0,25 ponto percentual na próxima reunião do Comitê de Política Monetária (Copom), prevista para agosto, e encerrar o ano com o índice em 12,25%, conforme projeção feita pelo mercado financeiro. Em 2024, espera-se que os juros continuem em declínio, mas ele não deverá ser muito acentuado. Para Mário Mesquita, economista-chefe do Itaú Unibanco, o espaço para o Banco Central agir é limitado. "Com o mercado de trabalho e o desemprego no nível em que estão e as dinâmicas que os salários têm mostrado até agora, eu teria muita cautela em iniciar um processo de flexibilização", disse o executivo. "De qualquer forma, concordo com o Banco Central que, se for fazer, é para fazer de forma parcimoniosa." Ou seja, para ele os cortes da Selic deveriam ser lentos e graduais.

Segundo Mansueto Almeida, taxa de juros pode cair para menos de 12%

Em evento promovido pelo BTG Pactual, Mansueto Almeida, economista-chefe do banco e ex-secretário do Tesouro Nacional, afirmou que vê possibilidade real de os juros encerrarem o ano abaixo de 12%. "Está muito claro que vamos ter um cenário de corte de juros no segundo semestre", disse. "Se o governo cumprir seu programa fiscal e avançar nas reformas, esse ambiente será potencializado para um ciclo de reduções mais rápidas, o que seria muito bom para a retomada de investimentos."

Governo amplia programa de descontos para a compra de carros

Essa era uma bola cantada. Com o sufoco vivido pelas montadoras, que não conseguem se livrar de seus estoques elevados, parecia inevitável que o governo ampliasse o programa de descontos tributários oferecidos para as montadoras. O reforço será da ordem de R\$ 300 milhões e constará em uma medida provisória que deverá ser publicada ainda nesta semana. As fabricantes de automóveis já inscreveram 266 versões de 32 modelos no programa, segundo informações do Ministério do Desenvolvimento.

Gripe aviária faz Japão suspender importação de

frango

O temor da gripe aviária volta a assombrar o agronegócio brasileiro.

Após o registro da doença em uma ave encontrada em uma casa no Espírito Santo, o Japão suspendeu temporariamente a importação de carne de frango do estado. De acordo com a Associação Brasileira de Proteína Animal, a decisão das autoridades japonesas não está em linha com as orientações da Organização Mundial de Saúde Animal, que recomenda a suspensão de comércio apenas em casos registrados em produção comercial.

455,1% foi o juro anual do rotativo do cartão de crédito cobrado pelos bancos em maio, segundo o Banco Central. Trata-se da maior taxa desde março de 2017

"As coisas se acomodaram e o Brasil não tem desafios econômicos relevantes à frente" André Esteves, sócio sênior do banco BTG Pactual

**RAPIDINHAS**

O texto da **reforma tributária** apresentado pelo deputado Aguinaldo Ribeiro inclui a tributação de alimentos que atualmente são isentos de **tributos** federais. Do tradicional arroz e feijão a produtos típicos de diferentes regiões, como carne de cabrito, queijo minas frescal e cuscuz, todos serão tributados se a proposta for aprovada.

Atualmente, esses alimentos não pagam PIS e Cofins e, pelas novas regras em discussão, passarão a ser tributados com a alíquota de 50% do IVA, o imposto unificado que deverá ser implementado com a reforma em discussão no Congresso.

As mudanças preocupam a Associação Brasileira de Supermercados, que defende que a isenção seja mantida.

A Faculdade XP, braço de educação da XP Inc., usará um programa de Inteligência Artificial em seu novo processo seletivo. Segundo a instituição, os candidatos que se inscreverem para a pós-graduação em Data Science e Machine Learning serão selecionados por um algoritmo criado pelo time de tecnologia da empresa.

A empresa de cartões Visa pagou US\$ 1 bilhão pela brasileira Pismo, plataforma de serviços bancários em nuvem com operações na América Latina, Ásia e Europa.

Segundo a Visa, a transação permitirá a oferta de soluções de processamento bancário e de emissão de cartões de débito, pré-pago, crédito e empresariais.

**Site:**

**<https://edicao.correio braziliense.com.br/correio braziliense/2023/06/29/all.pdf>**

# Governo estenderá incentivo para a compra de veículos

**Raphaela Gonçalves**

Brasília - O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, informou ontem que a prorrogação do programa de incentivo à compra de veículos será anunciada e lançada em breve, após o esgotamento dos recursos já disponibilizados. Além de estender o desconto para carros populares, o governo deve incluir os benefícios para pessoas jurídicas na segunda etapa. Em conversa com jornalistas, Haddad disse que a demanda por carros mais econômicos e menos poluentes surpreendeu as montadoras e o governo, quase esgotando os recursos disponíveis para o programa. A expectativa é de que o valor seja de R\$ 300 milhões.

Desde o princípio, a ideia do governo era que os descontos durassem enquanto houvesse limite no crédito destinado para a iniciativa. Ao todo foram reservados R\$ 1,5 bilhão para o programa, sendo R\$ 500 milhões para automóveis, R\$ 700 milhões para caminhões e R\$ 300 milhões para vans e ônibus. De acordo com o último levantamento do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC), 84% dos recursos para financiamento já foram utilizados em menos de um mês de programa.

Originalmente, a possibilidade de empresas, como locadoras de veículos, entrarem no programa de compra de carros acabaria no último dia 20, mas a exclusividade para pessoas físicas se beneficiarem dos descontos foi estendida por duas semanas. Para a compra de ônibus e caminhões, a exclusividade acabou no último dia 21, e as empresas já podem adquirir esses veículos com desconto.

**VOLKS** Apesar dos incentivos do governo para o movimentar o setor automotivo, lançados em 6 de junho com descontos para carros de até R\$ 120 mil, a Volkswagen anunciou a suspensão temporária da produção de carros em suas fábricas no Brasil. Segundo a montadora alemã, o motivo é a "estagnação do mercado". A fábrica de São José dos Pinhais, onde é produzido o T-Cross, está com um turno em layoff (modelo de suspensão temporária de trabalho) desde 5 de junho, com duração prevista entre dois e cinco meses, enquanto outro turno de produção estará parado de 26 a 30 de junho, em regime de banco de horas.

Na unidade de Taubaté, onde são fabricados o Polo Track e o Novo Polo, a Volkswagen informou que dois turnos de produção serão interrompidos, de 26 a 30 de junho, também em regime de banco de hora. A fábrica Anchieta, em São Bernardo do Campo, onde são produzidos o Novo Virtus, Novo Polo, Nivus e Saveiro, protocolou férias coletivas de 10 dias previstas para os seus dois turnos de produção a partir de 10 de julho. A montadora afirmou que "todas as ferramentas de flexibilização estão previstas em acordo coletivo firmado entre o sindicato e colaboradores da Volkswagen".

Ontem, a ministra do Planejamento e Orçamento, Simone Tebet, afirmou que o programa de incentivos para carros lançado pelo governo federal não é suficiente para impulsionar o mercado e que apenas a **reforma tributária** será capaz de aquecer o setor produtivo do país. "Significa que isso [o programa do governo] não basta, significa que nós não podemos ficar com remendos. Nós temos que mexer na base e mexer na base significa mexer no sistema tributário brasileiro, com unificação de **impostos**", declarou a jornalista.

Segundo ela, a situação mostra que o governo federal precisa fazer um esforço para mudar o sistema tributário do país. "Tributar o consumo significa não estar fazendo bitributações ao longo do caminho. Temos que colocar o Brasil produtivo no mesmo grau de competitividade com o mundo competitivo. Isso passa, obviamente, pelo pagamento de **impostos**".

**Site:**

<https://digital.em.com.br/estadodeminas/29/06/2023/p1>

# SP se articula contra comitê que vai administrar receita única de impostos

**MARIANA CARNEIRO ADRIANA FERNANDES BRASÍLIA**

Governador do Estado mais rico do País, Tarcísio de Freitas (Republicanos), de São Paulo, firmou posição contra o chamado Conselho Federativo, um dos pilares do projeto de **reforma tributária**. Ele afirma que pretende mobilizar a bancada paulista na Câmara para tentar barrar a medida. São Paulo tem a maior número de deputados federais, com 70 membros, cujos interesses regionais se sobrepõem às diferenças partidárias sobre o tema.

A reforma tem como critério a "não cumulatividade plena", ou seja, o imposto será pago uma vez e descontado nas etapas seguintes da produção. E será por meio do conselho que os créditos tributários acumulados serão pagos.

O comitê, formado por representantes de Estados e municípios, centralizaria a arrecadação do novo Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), que vai unificar ICMS (estadual) e ISS (municipal). A junção permitiria, segundo técnicos, que a compensação de créditos ocorra sem que um Estado fique devendo ao outro ou fique dependente do pagamento do outro.

Em evento em Lisboa, Tarcísio disse não aceitar "de maneira nenhuma" que o tributo pago dentro de São Paulo seja destinado ao comitê. Em reunião com governadores na residência oficial do presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), na semana passada, ele já havia indicado o temor de perder o controle da arrecadação em seu próprio território.

Além de São Paulo, outros Estados como Rio, Goiás e Pará também são contra a centralização.

Tarcísio tem dito, porém, que não é contra a reforma e que concorda com outros parâmetros da proposta. Relator do texto na Câmara, Aguinaldo Ribeiro (Progressistas-PB), já foi informado que São Paulo pretende apresentar uma contraproposta até a próxima semana.

O secretário paulista da Fazenda, Samuel Kinoshita, defende a criação de uma câmara de compensação, pela qual os Estados compensariam uns aos outros ao fim do dia por operações que transbordam os limites de cada unidade da Federação.

Técnicos afirmam, porém, que a solução se complica quando se considera os mais de 5,5 mil municípios, que também farão parte da reforma e terão a gestão da arrecadação compartilhada no Conselho Federativo.

**Notícias Relacionadas:**

PORTAL UOL

SP se articula contra comitê que vai administrar receita única de **impostos**

**Site:** <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

# Qual é o peso de São Paulo na reforma? - ADRIANA FERNANDES

## ADRIANA FERNANDES

Uma leitura rápida pelo histórico de tentativas frustradas da **reforma tributária** em 35 anos é suficiente para identificar o peso do governo de São Paulo para barrar seu avanço no Congresso.

O próprio vice-presidente Geraldo Alckmin, hoje um ferrenho defensor da **reforma tributária**, já foi um entrave quando governador do Estado.

O que sempre se disse ao longo desses anos é que São Paulo, sozinho, representa "meia reforma", pelo tamanho que o Estado representa na arrecadação.

A posição de enfrentamento do governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas, a pontos basilares do modelo de Imposto sobre Valor Agregado (IVA) da reforma apadrinhada pelo governo Lula impacta o cenário das negociações.

Como tem mostrado uma série de reportagens do Estadão, Tarcísio não se opõe ao princípio de destino (local de consumo) de cobrança do novo imposto, o IBS, mas não aceita o Conselho Federativo, uma espécie de agência central de arrecadação e gestão do tributo.

Terá o ex-ministro de Bolsonaro força para atrasar as negociações e mudar esse ponto central da reforma?

São Paulo tem peso nesse debate não só por conta do **PIB**.

Tem quem ache que, se o governo paulista não quiser mudar a forma de tributação da origem para destino, ficaria difícil a proposta passar. Idem para o Conselho Federativo.

Essa queda de braço está diretamente conectada a poder político dentro da Federação brasileira.

São Paulo representa uma parte grande do agronegócio, e o seu interior tem muita força.

O Estado considera que entrega muito para União e não tem retorno compatível. Mas não é bem assim: a União manda muito dinheiro por conta de benefícios sociais. Mas é assim que o Estado vê a questão federativa. Não é estranho, portanto, que Tarcísio,

com seis meses apenas morando em São Paulo, tenha abraçado o discurso de sempre dos políticos paulistas.

De Portugal, onde participou do Fórum Jurídico de Lisboa, Tarcísio voltou ontem para buscar apoio de toda a bancada do Estado na tentativa de obstruir a votação na primeira semana de julho.

Com essa disputa, os grupos que querem adiar a votação já viram a oportunidade de conseguir isso pelo lado dos governadores descontentes.

Para que isso não aconteça, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, o relator, Aguinaldo Ribeiro, e o presidente da Câmara, Arthur Lira, vão ter de enfrentar de peito aberto os detalhes da proposta e não tentar fugir desse debate com os mesmos pontos de sempre. Mais uma vez, o diabo está nos detalhes.

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

# Novos tributos devem seguir mesmo calendário

*I FERNANDA TRISOTTO/BRASÍLIA*

No esforço de aparar arestas e viabilizar a votação e aprovação do texto da reforma tributária na Câmara dos Deputados na próxima semana, o grupo de parlamentares e técnicos do governo que se debruçam sobre o texto avalia iniciar o modelo de cobrança da Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) e do Imposto sobre Bens e Serviços (IBS) simultaneamente, apurou o Estadão/ Broadcast.

A demanda atende a um pedido dos Estados, que pleiteavam que a CBS (tributo que ficará com a União, unificando PIS, Cofins e IPI) e o IBS (imposto que será repartido entre Estados e municípios, unificando ICMS e ISS) fossem regulamentados ao mesmo tempo.

Pela proposta do relator, deputado Aguinaldo Ribeiro (PPPB), a cobrança da CBS começaria em 2027, enquanto a do IBS, apenas em 2029. A avaliação é de que a espinha dorsal da reforma - IVA de base ampla, não cumulatividade plena e cobrança no destino - tem consenso.

**Site:** <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

# "Consumidor vai saber quanto está pagando de impostos"

GERALDA DOCA E VICTORIA ABEL

ENTREVISTA

Aguinaldo Ribeiro / DEPUTADO FEDERAL

Às vésperas da votação da **Reforma Tributária**, prevista para ir ao plenário da Câmara na próxima semana), o deputado Aguinaldo Ribeiro (PP-PB), relator do projeto, defende a aprovação argumentando que os ganhos para a população serão imediatos. Na visão dele, embora a transição para o novo modelo seja lenta, o efeito na economia será sentido rapidamente porque o mercado financeiro vai antecipar na ponta do lápis o impacto futuro sobre os negócios, com reflexos positivos no câmbio, nas taxas de juros e nas projeções de crescimento da economia.

Ribeiro diz que o consumidor saberá o quanto paga de imposto no consumo, com a distinção entre os valores de produtos e **tributos**.

Em entrevista ao GLOBO, ele discorda do temor de setores como o de serviços de aumento de carga tributária, mas admite que as negociações serão intensas nos próximos dias e que alguns pontos podem mudar: "Não sou dono da verdade." Uma das possíveis alterações é o período de transição, de 50 anos, para a mudança da lógica de tributação na origem, onde os produtos são produzidos, para o imposto no destino, onde são consumidos.

Como explicar para quem não é especialista o que é o projeto da **reforma tributária**?

Somos o único país que tributa mais o consumo que a renda e o patrimônio (os três tipos de tributação). A tributação maior sobre consumo faz com que quem ganha menos pague mais (proporcionalmente à renda).

O sistema da tributação sobre consumo envolve hoje cinco **impostos** (os federais IPI, Pis e Cofins; o estadual ICMS e o municipal ISS). É complexo. Qual o problema? É cumulativo.

Cobra-se imposto sobre imposto na medida que vai vendendo, até chegar no consumidor. O imposto é parte da base de cálculo do produto. A gente não sabe quanto paga. Quando compro uma água mineral, não

sei quanto tem de imposto.

Como a proposta resolve isso?

A proposta é você ter o imposto sobre valor agregado (IVA), no qual você junta todos os **impostos** sobre consumo em um único imposto. Você tem a unificação de bens e serviços, não tem mais o problema da diferenciação entre ICMS e ISS (o ICMS incide majoritariamente sobre bens, e o ISS, sobre os serviços). Depois da aprovação da reforma, se eu sou comerciante e compro uma garrafinha de água mineral da fábrica - vamos supor que seja R\$ 10, só para facilitar - e há uma alíquota de 20% de imposto (o percentual do imposto unificado será definido depois, em lei complementar), vou pagar R\$ 2 de imposto. Então o preço final da garrafa de água será R\$ 12.

Se eu, na minha loja, vendo por R\$ 20, o consumidor final vai me pagar mais R\$ 4 de imposto (os mesmos 20%). Mas se eu, comerciante, já paguei R\$ 2 de imposto eu me creditei disso perante o governo.

Então, na minha venda, eu não teria que pagar R\$ 4 de imposto, só a diferença, R\$ 2. Muda o pensamento, porque esse imposto é gerado "por fora" e não cumulativo.

Ficará mais claro quanto o consumidor paga de imposto?

O consumidor vai comprar o produto que custa R\$ 20 e pagar por fora o imposto.

Ele vai ter clareza sobre o preço do produto e o imposto.

Você vai saber o quanto está pagando de imposto e a repartição da arrecadação entre os entes.

Mas isso significa que o produto ficará mais barato?

É complexo. O que eu posso dizer é que, no primeiro momento, você vai ter a clareza do que está pagando. Quando você tira a cumulatividade (dos **impostos**), tem um efeito de eficiência na economia. O que posso afirmar é que o consumidor vai ter o benefício imediato da simplificação. Em alguns produtos e serviços, você pode, sim, ter a redução (de preço). Hoje, as empresas assumiram um papel de agente arrecadador

do Estado, elas assumiram essa responsabilidade, por conta do sistema.

Pode ser mais específico?

Hoje, ninguém aproveita o crédito de energia (valor do imposto pago na conta de luz).

No sistema novo, o crédito será amplo. A empresa, para funcionar, está consumindo energia.

Quando você for pagar para o governo, vai abater o crédito da energia (imposto que já foi pago na conta de luz), o crédito do telefone, tudo que fez parte da sua atividade produtiva.

O desafio é pensar com esse novo modelo.

Como estão os pedidos de ajustes pelos setores?

O IVA não trata de setores.

Quando falo em novo modelo, temos que pensar diferente. O imposto será cobrado por fora da base de cálculo, com crédito amplo. Muda a tributação que hoje é feita na origem (produção) para o destino (consumo), isso é justiça tributária.

Se você consome em Brasília, por que o dinheiro acaba em outro estado? Isso tem um efeito importante, esse controle social. O meu imposto fica no meu estado.

O imposto não é setorial...

A gente trata de alguns serviços e produtos (com alíquotas menores) que são de interesse social, para não impactar o consumidor. Por exemplo, saúde e educação.

Você tem produtos que precisam ter um olhar diferente, como produtos destinados ao tratamento para o câncer, que já são muito caros. Quem vai pagar a conta no final é sempre o consumidor, não tem isso de setor, nem de estados, nem de municípios.

ACNC divulgou estudo mostrando impacto negativo sobre o setor de serviços...

O que eu vi foi algo superficial, foi mais uma narrativa que um estudo. Se a gente for dar para todo mundo a exceção que quer, não vamos ter mudança de sistema. Não adianta pensar no meu setor se meu país no final tiver um resultado pífio, porque eu vou pagar essa conta no final.

Quando o consumidor vai sentir o impacto da reforma?

Do ponto de vista do imposto, o consumidor não vai sentir mudança imediata porque vamos ter um período de transição com uma alíquotateste na tributação federal (a partir de 2026). E vamos ter que aprovar muita coisa. Ninguém dá cavalo de pau em uma reforma como essa, não é da noite para o dia. Mas vamos ter benefício na largada porque o próprio mercado precifica a aprovação de uma **reforma tributária**. Traz "a valor presente", com efeitos sobre câmbio, juros e projeções de crescimento.

Já tem votos para aprovar a reforma na semana que vem?

Essa vai ser a condução dos líderes partidários, a questão da mitigação das questões federativas e setoriais com a política como um todo.

O que falta para votar?

Falta uma construção política, seja setorial ou federativa.

Eu não sou dono da verdade.

É ser o mais claro possível, não é fazer embate. Apenas dizer que o conceito é esse, não existe tratamento a setor, o tratamento é ao serviço e ao produto específico, mesmo na redução da alíquota e na alíquota zero que vamos endereçar. E do ponto de vista federativo, também.

Alguns setores têm medo de aumento da carga...

É fundamental a gente ter o conceito de que a reforma não é para setores, é para fazer o que é melhor para o país e dosar com o equilíbrio possível.

Sendo relator, tenho que tratar para que não haja aumento de carga. Isso para mim é um limitador conceitual. Não vou assinar um texto de **reforma tributária** que impacte em aumento de carga tributária.

Os estados têm dito que o Fundo de Desenvolvimento Regional (para compensar perdas dos entes federativos) é pequeno...

Os estados querem R\$ 75 bilhões (por ano), e o ministro Haddad defende R\$ 40 bilhões. Acho que R\$ 40 bilhões é um número expressivo.

É importante a gente destacar que quando se olha para um país que tem uma capacidade de investimento de R\$ 70 bilhões, é o que sobra no Orçamento, a gente tem um cobertor curto. Acho que R\$ 40 bilhões é um gesto importante que o ministro Haddad fez. Outro gesto é a União bancar o Fundo de

Desenvolvimento Regional.

Adistribuição do Fundo de Desenvolvimento Regional pode vir descrita na PEC?

Se houver um ajuste federativo, não tenho problema em incluir no texto, o ideal para mim como relator é que já viesse com consenso pelos estados. O problema é que a gente não tinha padrão de critério de distribuição. Mas se tiver acordo e a técnica legislativa me recomendar que eu tenha no texto da Constituição a repartição do Fundo, não vejo dificuldade.

Os estados também consideram insuficientes os R\$ 160 bilhões que a União vai repassar ao Fundo de Compensação (durante a transição)...

Isso está solucionado no texto.

O que estamos dizendo é que, se os recursos forem insuficientes, a União bancará.

Os estados também querem reduzir o prazo final de transição de 50 anos, da origem para o destino...

Isso também não é problema.

O texto é muito mais uma concertação (acordo) federativa que uma decisão do relator. Será um dos temas que a gente vai endereçar durante esta semana para iniciar a próxima com isso qualificado. Alguns estados defendem que a transição seja mais suave; outros, mais longa. Vamos buscar o conforto federativo.

\*

"Ninguém dá cavalo de pau em uma reforma como essa, mas vamos ter benefício na largada"

**Site:** <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

# Alíquota do IBS em "hipótese nenhuma" chegará a 30%, diz Appy

O secretário extraordinário da **Reforma Tributária**, Bernard Appy, afirmou nessa quarta-feira em entrevista ao Valor que em "hipótese nenhuma" a alíquota do novo Imposto sobre Bens e Serviços (IBS) chegará a 30%.

Appy explicou que a alíquota será calibrada para manter a arrecadação nos níveis atuais. Os técnicos estimaram que, para atingir esse objetivo, a alíquota deveria ser de 25%, num cenário em que houvesse um só nível de tributação.

No entanto, a proposta em discussão no Congresso estabelece três níveis: uma alíquota padrão, uma equivalente a 50% da padrão, e uma igual a zero. Assim, para manter a conta equilibrada, a alíquota tende a ficar maior do que os 25% inicialmente estimados.

Quanto mais exceções houver na reforma, maior terá de ser a alíquota padrão, alertou o secretário.

Esse argumento tem sido usado para contrapor pressões por tratamentos privilegiados que ocorrem no Congresso.

Daqui até a votação da proposta, é tempo de muita negociação, comentou Appy. O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, disse que dedicaria esta semana e a próxima aos entendimentos em torno da **reforma tributária**. O objetivo é criar condições para aprovar o texto no plenário da Câmara. Idealmente, em julho.

A resistência de setores que temem aumento de carga tributária, como o de serviços, é uma das grandes frentes de diálogo. A outra envolve Estados e municípios.

A União se propôs a desembolsar R\$ 160 bilhões para permitir que o fim dos incentivos fiscais do Imposto sobre a Circulação de Bens e Serviços (ICMS) ocorra sem prejudicar as empresas beneficiadas e sem motivar ações na Justiça. A seguir, os principais trechos da entrevista: Valor: Qual a expectativa do Executivo sobre os próximos passos da reforma?

Bernard Appy: O "timing" da votação é decisão do Congresso Nacional, não é do Executivo. O Executivo acompanha as discussões e tenta ajudar para que o desenho construído seja o melhor possível. Pela

sinalização do próprio Congresso, a expectativa é votar na próxima semana ou na semana seguinte. Agora será um período de muita negociação para fazer com que o texto chegue com condições de ser aprovado no plenário.

Valor: Pode ser adiado para depois do recesso, em agosto?

Appy: Por enquanto, não trabalhamos com essa hipótese.

Valor: Quais são os principais entraves? O ministro vai entrar mais firme nas discussões?

Appy: São os de sempre. Ainda tem algumas questões setoriais sendo discutidas, embora eu ache que o parecer já tenha alcançado um desenho que cria um ambiente favorável à aprovação. E outra são as questões federativas. O ministro [Haddad] de fato pretende entrar diretamente nas negociações.

Mas, sempre lembrando que é um trabalho do Congresso.

Nosso trabalho é ajudar.

Valor: Os R\$ 160 bilhões que serão aportados pela União para o fundo de compensação para os incentivos fiscais do ICMS serão suficientes ou talvez precise abrir uma negociação em torno deste valor?

Appy: Pelos dados que conhecemos, esse valor deve estar bastante próximo do necessário para viabilizar a convalidação [dos benefícios do ICMS], nos termos que estão colocados no relatório.

Valor: Tem um artigo na PEC que diz que a União compensará eventuais insuficiências. Não corre risco de que cresça muito esse valor?

Appy: A negociação com os Estados exigiu separar o que é recurso do Fundo de Desenvolvimento Regional do que é o Fundo de Compensação de Perdas.

Volto a falar: nossa avaliação é que os R\$ 160 bilhões colocados devem ser suficientes ou muito próximos do necessário.

Valor: O governador Ronaldo Caiado (União) disse

que é insuficiente, porque só Goiás concede R\$ 15 bilhões por ano de incentivos.

Appy: O próprio substitutivo define quais são os benefícios que poderão ter essa compensação.

Não são todos. Primeiro: os benefícios que não são industriais não são alcançados. Assim, não haverá necessidade de recursos para compensar benefícios comerciais. Segundo: a própria emenda define critérios. Têm que ser benefícios concedidos até 30 de maio [de 2023], por prazo certo sob condição, as empresas vão precisar ter cumprido com as exigências, o ato concessório deverá estar depositado no Confaz. Então existe uma série de requisitos que dão a segurança de que o valor não vai fugir muito daquilo que está previsto.

Valor: Por que esse artigo, então?

Appy: É uma precaução. Para dar segurança jurídica para as empresas e ao mesmo tempo sinalizar para os Estados que não são eles que vão pagar a conta.

Valor: O deputado Aguinaldo Ribeiro, relator da reforma, destacou que a União está aceitando pagar pelos benefícios concedidos pelos Estados e que não foi dada a relevância devida a isso. Foi um gesto político ou pelo entendimento de que sem o fundo a reforma para?

Appy: De fato, são os Estados que deram os benefícios. Mas existe um risco jurídico de que, se não houver a compensação, as empresas podem alegar que tinham um contrato, mas esse foi descumprido. Dado esse risco, e para poder viabilizar uma transição do ICMS que começasse em 2029, era preciso equacionar esse problema. Se deixasse esse ônus para os Estados, isso provavelmente inviabilizaria a reforma, então a União assumiu esse risco calculado.

Valor: O governo federal ofereceu R\$ 40 bilhões por ano para o fundo regional. Tem como chegar nos R\$ 75 bi pedidos pelos Estados?

Appy: Não. É muito difícil chegar a R\$ 75 bilhões, é muito alto.

Valor: Mas está aberto a aumentar um pouco mais?

Appy: A União entende que os R\$ 40 bilhões são valor relevante.

Valor: É um ponto em que o ministro pode entrar [para decidir]?

Appy: O ministro pode entrar em tudo [risos]. Presidente, então, pode entrar ainda mais. Nós

entendemos que é um valor bastante significativo.

Valor: Como o governo chegou a esse valor? Por que não R\$ 30 bilhões ou R\$ 50 bilhões?

Appy: Essa foi decisão política do próprio ministro. Foi discutido internamente no Ministério da Fazenda e o ministro bateu o martelo sobre esse valor.

Valor: Qual modelo de distribuição desses fundos que o Executivo federal defende?

Appy: Se tiver um critério de repartição em que os Estados tenham um acordo por unanimidade, com certeza da União vai adotar. Se não tiver, teremos que avaliar os prós e contras das diferentes alternativas. O objetivo é reduzir desigualdades regionais de forma eficiente.

Valor: Os Estados reclamam que os critérios não estão na PEC. Por que colocar na lei complementar?

Appy: Se os Estados chegarem a um acordo por unanimidade, será colocado na PEC.

Valor: A secretária de Economia de Goiás, Selene Peres Nunes, disse que há o risco de virar uma nova Lei Kandir com insegurança sobre quanto os Estados vão receber.

Appy: Essa avaliação está incorreta.

O montante que vai ser aportado está definido de forma clara na PEC. O critério de distribuição é algo que terá que ser definido.

Definido o montante e o critério, não terá como não cumprir.

Valor: A transição para os Estados começará só em 2029, mas o aporte no fundo de compensação terá início em 2025. Por quê?

Appy: Para poder capitalizar o fundo e não deixar todo o custo lá para frente, antecipamos [o início dos aportes] para 2025. O recurso ficará guardado no fundo, não será transferido para os Estados. Será gerido pela União para compensar os benefícios. O Fundo de Desenvolvimento Regional começa em 2029, com valor de R\$ 8 bilhões e chega a R\$ 40 bilhões em 2033, e será transferido para os Estados para que eles possam fazer a sua política de desenvolvimento regional. Ele poderá ser usado em investimentos em infraestrutura, fomento à atividade produtiva através de subvenções às empresas e estímulo à inovação.

O que não pode é usar para custeio dos próprios

Estados.

Valor: A subvenção às empresas não criará uma nova guerra fiscal?

Appy: Os Estados vão ter autonomia.

O fato é que quem aplicar bem os recursos vai gerar mais emprego, mais renda e aumentar a chance de reeleição do governador.

E tudo será feito de forma transparente, ao contrário do que ocorre hoje, porque não passa pelo Orçamento. A população poderá saber quem está se beneficiando e quanto custa cada emprego gerado por cada benefício.

Valor: Há outra preocupação dos Estados, que é o seguro-receita de 3%. Alguns defendem 5%. Qual a posição do governo federal?

Appy: Tem um ponto que é muito importante vocês entenderem: o que temos posição fundamental é o tamanho do aporte da União nos fundos, porque isso tem um custo fiscal. Outras questões, podemos dar nossa opinião, mas a decisão final é do relator, ouvindo os Estados, os municípios.

Temos opinião técnica, apresentamos as vantagens e desvantagens, e o relator toma sua decisão. O seguro-receita é uma questão interna aos Estados e municípios.

Valor: Isso poderia diminuir o prazo de transição federativa?

Appy: É ponto que está em discussão.

Na proposta colocada, o seguro-receita é distribuído para os Estados e municípios seguindo o mesmo critério. Na proposta dos Estados, eles separam uma parte para os Estados e outra para os municípios. Tem que entender o impacto disso e mostrar para os parlamentares para que eles possam tomar sua decisão.

Valor: Sabemos que a alíquota não será definida agora, mas há economistas com receio de que as exceções definidas agora farão com que a alíquota fique perto de 30%.

Appy: A alíquota vai ser aquela que manterá a carga tributária atual. Depende de vários fatores.

Depende de qual será a arrecadação do Imposto Seletivo. De qual será a arrecadação do diferencial de alíquotas para combustíveis fósseis e biocombustíveis, que certamente vai existir, porque a Constituição

manda fazer essa diferenciação. Vai depender da regulamentação dos regimes específicos e de como a reforma vai afetar o que a gente chama de "compliance gap", que é um indicador técnico de nível de evasão e sonegação. Nossa expectativa é que a reforma reduza o "compliance gap", mas no fundo todas essas variáveis acabarão afetando a alíquota. Agora, posso lhe contar que nas nossas contas, em hipótese nenhuma, chega a 30%.

Depende do desenho geral, do "compliance gap", mas tem cenários em que não fica longe dos 25%, não.

Valor: Mas longe quanto?

Appy: Tem cenários em que fica perto de 25%. Precisa avaliar esse conjunto de fatores que vai influenciar a alíquota básica.

Valor: Isso não vai constar ainda da lei complementar?

Appy: A lei complementar vai definir como serão os regimes específicos, inclusive de combustíveis, que é relevante. A partir daí, com base na lei complementar, o TCU [Tribunal de Contas da União] vai fazer a conta de qual deve ser a alíquota de equilíbrio e o Senado vai adotá-la a partir desses cálculos. A ideia é já ter o sistema rodando no modo piloto com todos esses parâmetros. Então, muito provavelmente, teremos uma noção bastante razoável de qual precisará ser a alíquota antes, mas só conseguiremos rodar esse teste depois que todos os parâmetros estiverem definidos na lei complementar. Supondo que se aprove a lei complementar em 2024, começa a ser cobrada em 2026 um alíquota de 1%. Mas até antes de 2026 terá a possibilidade de rodar alguns pilotos e ter noção razoável da alíquota.

Valor: Como evitar a pressão agora para novas exceções?

Appy: Aí entra a política. A política tem que ser tecnicamente informada de que as exceções têm custo que será repassado para o resto da sociedade.

Valor: O Instituto Pensar Agro (IPA) defende redução de alíquota de 80%, e não apenas 50%, para os produtos da cesta básica e produção rural. Há como atender?

Appy: A decisão vai ser política, mas a demanda de um setor tem custo para os demais setores.

O Brasil tem grau de distorção absolutamente monumental, mas a alíquota reduzida em 50% mantém os preços dos produtos da cesta básica, em média, a níveis próximos dos atuais para o consumidor final. Não dá para fazer a conta olhando só para a

alíquota nominal, sem considerar todo efeito tributário residual, que é relevante.

Valor: 80% é um exagero?

Appy: Com 80%, certamente teria redução relevante no custo atual dos produtos da cesta básica.

Valor: Há setores que consideram que o Imposto Seletivo está com redação muito aberta e pode tributar até mesmo energia elétrica e comunicações.

Concorda que precisa ajustar ou a redação está correta?

Appy: Acho está suficiente.

Não vejo a menor chance de tributar telecomunicações com base em efeitos negativos para saúde e meio ambiente, não tem lógica nenhuma. Para energia, também, não é a ideia. É melhor deixar assim [mais aberto] porque se começar a colocar travas na Constituição, você começa a depender da interpretação do Supremo [Tribunal Federal], algo que às vezes demora 20 anos para ser julgado. No caso dos combustíveis, já estão no regime "ad rem" da CBS e terão diferenciação de alíquota entre fósseis e biocombustíveis para não gerar cumulatividade. Não vamos usar o Imposto Seletivo de forma a prejudicar a competitividade da produção nacional.

Valor: A intenção é tributar o que, então, com o Imposto Seletivo?

Appy: Em princípio, fumo e bebidas alcoólicas.

Valor: O setor de serviços tem reclamado muito. Como vocês pretendem dobrar essa resistência?

Appy: No fundo, é dobrar a resistência via bom senso. Essa generalização do setor de serviços é claramente distorcida. Tem uma parcela muito grande de serviços que será beneficiada pela reforma: os prestadores de serviços no meio da cadeia. São os que prestam serviços para outras empresas.

Hoje eles não dão crédito e vão passar a gerar crédito; não ganham crédito em cima dos seus insumos e vão passar a receber.

Nesses casos, o custo líquido para o tomador de serviço se reduzirá em relação ao que é hoje.

A China, em 2012, fez exatamente isso: tinha tributo menor sobre serviço e a entrada do IVA teve efeito claramente positivo para as empresas de serviços que estão no meio da cadeia. Uma empresa que presta 80% do seu serviço para outras empresas e 20% para

o consumidor final, precisa ter tratamento diferenciado?

Não, ela vai ser favorecida em 80% das suas vendas.

Valor: Mas e para as empresas que prestam serviço ao consumidor final e não no meio da cadeia?

Appy: Em muitos casos, não se justifica a diferenciação. Aluguel de automóveis hoje não paga ICMS e ISS, mas faz sentido aluguel de automóveis pagar imposto menor do que a venda de automóveis?

Não. E aqueles serviços importantes do ponto de vista social, que são saúde, educação e transporte público, já estão com alíquota reduzida no texto da PEC. O ideal é que tenha o mínimo possível de exceções e elas têm que ser justificadas do ponto de vista social ou ambiental.

Valor: O Executivo pretende propor redução nos itens da cesta básica?

Tem aquela discussão de que salmão e caviar são desonerados.

Appy: O relator faz referência na PEC à cesta básica do PIS/Cofins. Tem essa discussão [sobre salmão] e, de novo, tem que avaliar os prós e contras das alternativas. Falar: "vou desonerar o coxão duro, mas não o filé mignon". Mas quem vai lá controlar se é mesmo coxão duro e não filé mignon? Tem questões que na prática são mais complicadas.

Valor: O senhor prometeu numa audiência pública em março que divulgaria a conta por setor, para mostrar que os impactos estavam sendo divulgados de forma incorreta..

Cadê esses números?

Appy: O sistema atual é tão complexo que é impossível ter uma estimativa perfeita do custo atual por produto e por setor.

Temos algumas. Mas, de repente, eu abro o número e vai lá [alguém questionar que] "não, essa estimativa não é ideal do ponto de vista metodológico"... Então temos estimativas que consideramos e sabemos o grau de razoabilidade.

Temos bons parâmetros, que colocamos para os parlamentares.

Valor: Mas para os setores não era bom colocar também?

Appy: Vamos ver, vamos ver, vamos olhar [isso].

"Fundamental é o tamanho do porte da União nos fundos, por causado custo fiscal"

"A decisão vai ser política, mas a demanda de um setor tem custo para os demais"

**Site:**

**[https://valor.globo.com/virador/#/edition/187588?page=1  
&section=1](https://valor.globo.com/virador/#/edition/187588?page=1&section=1)**

# A revenda de usados na PEC da reforma tributária

Fio da Meada

[valor.globo.com/legislacao](http://valor.globo.com/legislacao)

**Site:** <https://valor.globo.com/virador/#/edition/187588>

# CNI lança propostas para reindustrialização com pegada sustentável

**Rosângela Capozoli**

Não será por falta de diretrizes e propostas que a industrialização no Brasil deixará de ganhar novo impulso. Quase tudo que deve ser feito na política industrial brasileira para torná-la competitiva foi posto no papel e vem sendo amplamente debatido. Um dos motores desse movimento é a Confederação Nacional da Indústria (CNI).

Em maio, a CNI entregou ao governo e aos congressistas um documento de 241 páginas intitulado "Plano de Retomada da Indústria", apresentando-o como "uma nova estratégia, focada em inovação, descarbonização, inclusão social e crescimento sustentável".

"O conjunto de dificuldades estruturais, tributárias, burocráticas, trabalhistas e econômicas que atrapalham o crescimento do país, conhecido como custo Brasil, influencia negativamente o ambiente de negócios, encarece os preços dos produtos nacionais e compromete os investimentos", diz Robson Braga de Andrade, presidente da CNI.

A estimativa é que o custo Brasil retire R\$ 1,5 trilhão por ano das empresas instaladas no país, representando cerca de 20,5% do Produto Interno Bruto (**PIB**). O texto é dividido em dez eixos, mas começa por listar as quatro missões sobre as quais uma nova política industrial deve se estruturar: descarbonização da economia, transformação digital, saúde e segurança sanitária e a defesa e segurança nacional, tendo a revitalização da indústria como indutor do crescimento sustentado e sustentável de longo prazo.

O eixo sobre comércio e integração internacional sugere que seja criado o sistema de financiamento, além de garantias às exportações para acelerar a negociação de acordos comerciais estratégicos e recalibrar a oferta para fechar acordos de compras governamentais da Organização Mundial do Comércio (OMC).

O texto ainda defende a aprovação da **reforma tributária**, para estimular o investimento, propõe o financiamento à inovação, o aperfeiçoamento das regras na concessão de crédito e tornar permanente os recursos do Programa Nacional de Apoio às

Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Pronampe).

Para a infraestrutura, a CNI entende ser necessário um aumento nos investimentos e a redução do preço do gás natural. No eixo ambiente regulatório, segurança jurídica e eficiência do Estado, a entidade sugere acelerar o processo de adesão do Brasil à Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE).

**Notícias Relacionadas:**

VALOR ONLINE

CNI lança propostas para reindustrialização com pegada sustentável

**Site:**

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/187588?page=1&section=1>

# MDB faz aceno a Lira e diz que ele vai se consagrar com reforma tributária

## *Painel*

Autor de um dos projetos sobre a **reforma tributária**, o deputado federal Baleia Rossi (MDB-SP) afirma que a aprovação da matéria, que é discutida há quase 30 anos no país, pode ajudar na imagem do presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), num momento em que ele está fragilizado politicamente.

"O Arthur vai se consagrar, depois de 30 anos, como o presidente que conseguiu aprovar um tema que é um dos mais importantes para o país", diz Baleia, que disputou contra Lira a presidência da Câmara em 2021.

Lira está pressionado por investigações da Polícia Federal sobre suspeitas de desvios na compra de kits de robótica para prefeituras de Alagoas, que envolvem um de seus aliados mais próximos, Luciano Cavalcante.

Segundo Baleia, a aprovação da reforma e as investigações contra o presidente da Câmara são questões separadas. "Esse é o momento de ele [Lira] se impor como líder e conseguir aprovar uma pauta positiva, relevante, estruturante", afirma.

Presidente nacional do MDB, Baleia Rossi diz que o momento é muito propício para votar a matéria. "Fizemos literalmente milhares de reuniões sobre esse tema. A defesa da reforma é feita de forma suprapartidária, do [Fernando] Haddad ao Tarcisio [de Freitas] e o [Romeu] Zema", afirma.

Ele afirma que é possível chegar a acordo com relação aos trechos ainda controversos da reforma, como a criação de um Fundo de Desenvolvimento Regional. O governo federal oferece R\$ 40 bilhões, enquanto os estados pleiteiam R\$ 75 bilhões.

"Um meio-termo é exequível. O Haddad eu tenho certeza que vai fazer um ajuste para acertar isso. É muito mais honesto fazer desenvolvimento regional com o orçamento do que essa situação de guerra fiscal que vivemos hoje", declara.

## *Site:*

<https://www1.folha.uol.com.br/colunas/painel/2023/06/mdb-faz-aceno-a-lira-e-diz-que-ele-vai-se-consagrar-com-reforma-tributaria.shtml>

# Haddad compara reforma a 'Constituinte tributária'

**Cristina Camargo**

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, afirmou nesta quarta-feira (28) que o impacto favorável da **reforma tributária** será gigantesco para o Brasil e a comparou a uma 'Constituinte tributária'. "Isso não é uma reforma. Estamos criando um novo sistema", disse.

"Você poderia dizer: ela é ótima? Eu digo: ela é boa na direção do ótima", afirmou em entrevista a Míriam Leitão, na Globonews. Segundo ele, é uma reforma que poderá ser aperfeiçoada em um prazo de dez ou 20 anos.

Para Haddad, o país se transformou em um caos tributário, o que gera insegurança para os contribuintes e para os gestores públicos. "Isso não é bom para ninguém. Não é bom para o estado, não é bom para o mercado, portanto não é bom para o funcionamento da economia".

O ministro afirmou que a reforma vai acabar com a guerra fiscal e com a "confusão" de isenções e desonerações sem impacto social. Para ele, o impacto da reforma não deve ser subestimado e ela vai preparar o caminho para próximas rodadas de mudanças.

Ele minimizou a preocupação do setor de serviços com as mudanças. "A maioria está no Super Simples, que não é afetado. Outra grande parte é saúde e educação, que recebem um tratamento específico".

Haddad repetiu que o Brasil está atrasado em relação ao mundo em vários aspectos e que o sistema tributário do país é o pior do mundo.

"É uma atualização do que precisa funcionar melhor, até porque o Brasil está com grande potencial de crescimento por várias razões, que vão da geopolítica até a questão da transição ecológica", avaliou.

Ao falar sobre a possível diminuição de tensão após a maioria do Copom (Comitê de Política Monetária) do Banco Central ver espaço para início de "processo parcimonioso" de corte de juros em agosto, conforme ata publicada nesta terça-feira (27), o ministro reconheceu que divergências técnicas são normais e que é natural achar que o pensamento diferente do

seu é ideológico e não técnico.

Ao avaliar o próprio desempenho na Fazenda, o ministro afirmou estar confiante e defendeu que o país aproveite o momento de janela aberta para o crescimento.

Ele definiu a última década (2013-2023) como muito difícil para a população. "Penso que podemos sair dessa armadilha, que é muito mais de natureza política do que econômica. É muito mais de a gente se entender e alinhar os propósitos de cada poder".

## COMPRA DE CARRO

Também em entrevista a Míriam Leitão, Haddad já havia antecipado a ampliação do programa que concede descontos à compra de carros "populares" para continuar estimulando as vendas do setor automotivo.

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) vai colocar mais R\$ 300 milhões no programa. O governo já havia disponibilizado R\$ 500 milhões para a compra de veículos leves com abatimentos, valor que agora deve subir para R\$ 800 milhões.

A informação foi confirmada pela Folha com integrantes da Fazenda e do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços.

Segundo integrantes do governo, um montante de R\$ 80 milhões será liberado dentro do próprio limite inicial de R\$ 500 milhões e será direcionado à venda exclusiva para pessoas físicas.

Outros R\$ 220 milhões serão liberados para venda ao público em geral (incluindo pessoas físicas e empresas), mas ficarão sujeitos ao abatimento das perdas da Receita na arrecadação.

Em entrevista à imprensa, Haddad afirmou que, para compensar os novos valores do programa, serão necessários três centavos adicionais na reoneração sobre o diesel neste ano. Segundo ele, o valor final deve ficar em torno de R\$ 1,8 bilhão.

**Site:**

<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2023/06/haddad-compara-reforma-a-constituente-tributaria.shtml>

# Haddad confirma manutenção de meta de inflação de 3% em 2024 e defende fim do ano-calendário

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, confirmou na noite de quarta-feira que o centro da meta de **inflação** para 2024 será mantido em 3%, mas sinalizou a intenção de alterar, na reunião desta quinta-feira do CMN, o horizonte para se atingir o objetivo.

Em entrevista à jornalista Miriam Leitão, da GloboNews, Haddad voltou a defender que o ano-calendário não seja a referência para o Banco Central atingir a meta de **inflação**, mas sim que haja uma meta contínua, a ser perseguida ao longo dos anos.

Ano que vem a meta de **inflação** já está definida, disse Haddad, ao ser questionado sobre se o Conselho Monetário Nacional (CMN) mudaria o objetivo originalmente estabelecido, de 3%.

O que venho defendendo já há algum tempo... Só dois países que adotam metas de **inflação** adotam ano calendário. E isso causa uma pressão desnecessária, disse o ministro.

Haddad disse que em outros momentos da história as metas de **inflação** foram alteradas no Brasil, mas de forma desnecessária, já que a dinâmica atual não permite que o BC fuja do ano-calendário.

O ministro evitou falar diretamente do voto a ser dado por ele na reunião do CMN -- que inclui ainda o presidente do BC, Roberto Campos Neto, e a ministra do Planejamento e Orçamento, Simone Tebet --, mas pontuou que o colegiado já realizou debates anteriores sobre as perspectivas do Brasil para depois de 2026.

Questionado sobre a tensão existente entre o BC e o governo de Luiz Inácio Lula da Silva, que tem criticado a postura dura de Campos Neto em relação à taxa básica Selic, hoje em 13,75% ao ano, Haddad voltou a defender o direito de se discutir o atual nível dos juros.

Haddad também se disse a favor do uso de modelos e pesquisas econômicas para avaliar o cenário, mas defendeu que nada substitui uma tomada de decisão política.

O comentário de Haddad surge em um momento em

que o governo e parte do mercado financeiro têm criticado a postura hawkish (dura) da cúpula do BC no que diz respeito ao controle inflacionário.

As críticas se intensificaram a partir da quarta-feira da semana passada, quando o **comunicado** do Comitê de Política Monetária (Copom) não passou indicações claras de que o BC poderia iniciar o processo de cortes da Selic em agosto.

A ata do Copom, divulgada na quarta-feira pela manhã, corrigiu em parte esta percepção, ao citar diretamente a possibilidade de corte em agosto.

## REFORMA TRIBUTÁRIA

O ministro da Fazenda também contestou, durante a entrevista, a avaliação de que o setor de serviços vá pagar mais **impostos** caso a **reforma tributária** seja aprovada no Congresso.

Haddad pontuou que a maior parte do setor de serviços já paga **impostos** por meio do Super Simples, que será mantido, incluindo categorias como as de médicos e advogados.

Outra grande parte é saúde e educação, que recebem tratamentos específicos (na proposta), disse.

Questionado sobre o prazo longo para que a **reforma tributária** seja de fato implementada no Brasil, considerando os períodos de transição previstos no texto, Haddad argumentou que o país vive uma democracia.

Até os beneficiários de uma reforma querem uma transição mais longa. Setores que vão se readaptar querem transição mais longa, pontuou.

O ministro afirmou ainda que os parlamentares estão dispostos a aprovar a **reforma tributária**.

Está todo mundo disposto a aprovar esta reforma. Se houver razoabilidade, a gente aprova esta reforma se não na semana que vem, na próxima, disse.

Em outro momento da entrevista, Haddad voltou a

defender que a renovação do benefício de desoneração da folha de pagamentos para 17 setores seja discutida em um segundo momento, após a **reforma tributária**.

Vou continuar apelando na Câmara para que isso tenha o tempo certo , disse Haddad.

## COMPRA DE VEÍCULOS

Haddad também afirmou que o governo está discutindo a prorrogação do prazo do programa para compra de veículos. Segundo ele, o governo não esperava que as pessoas físicas fossem esgotar tão rapidamente o crédito para aquisição de carros, antes mesmo que começasse o prazo para compra por parte de empresas.

Estamos discutindo a prorrogação para veículos aberta para empresas, porque isso eventualmente afeta as montadoras , disse o ministro, ao ser questionado sobre ao anúncio da quarta-feira da Volkswagen, que decidiu suspender a produção nas fábricas brasileiras.

### Notícias Relacionadas:

PORTAL UOL

Haddad confirma manutenção de meta de **inflação** de 3% em 2024 e defende fim do ano-calendário

**Site:** <https://www.terra.com.br/economia/dinheiro-em-acao/haddad-confirma-manutencao-de-meta-de-inflacao-de-3-em-2024-e-defende-fim-do-ano-calendario,ee4d12412c18b2812017e3174730252e2syoqmul.html>

# Haddad/reforma tributária: maioria do setor de serviços está no Supersimples, não é afetado

**São Paulo**

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, rebateu nesta quarta-feira, 28, críticas do setor de serviços em relação à **reforma tributária**. Em entrevista à GloboNews, o chefe da equipe econômica ressaltou que as mudanças em discussão no Congresso afetarão pouco o segmento.

O texto da **reforma tributária**, anunciado na semana passada, mantém dois regimes tributários especiais já existentes: a Zona Franca de Manaus e o Simples Nacional. Prevê ainda alíquota reduzida para oito grupos de produtos e serviços, entre os quais saúde e educação.

A maioria do setor de serviços está no Supersimples, nem é afetado pela reforma, afirmou Haddad. Outra parte é saúde e educação, que terão tratamento diferenciado.

Outro ponto que o texto prevê é a criação do Fundo de Desenvolvimento Regional (FDR), que tem o objetivo de reduzir as desigualdades regionais e sociais. Ao comentar sobre o FDR, Haddad ressaltou que a oferta da União é de aporte de R\$ 40 bilhões em 2033, mas reconheceu que está aberto a negociações com Estados e municípios, que querem mais recursos.

O ministro defendeu ainda que o texto da **reforma tributária** prepara o caminho para novas mudanças. Ela é ótima? Ela é boa na direção do ótima. Mas a gente não está fazendo nada que não possa ser aperfeiçoado em dez anos. É quase uma Constituinte tributária, afirmou.

Um ponto que pode ser tratado já no segundo semestre, apontou Haddad, é a questão da desoneração da folha de pagamento. O ministro se disse a favor de repensar os **impostos** que nela incidem, mas defendeu que isso ocorra após a aprovação do que o governo chama de primeira fase da **reforma tributária**.

Na semana passada, a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado aprovou a desoneração da folha de pagamentos para 17 setores, em uma

derrota ao governo. Desde então, emissários da equipe econômica têm pedido um voto de confiança do Legislativo porque deseja debater o assunto no segundo semestre.

**Site:** <https://economia.uol.com.br/noticias/estadao-conteudo/2023/06/29/haddad-reforma-tributaria-maioria-do-setor-de-servicos-esta-no-supersimples-nao-e-afetado.htm>

# A quem interessa a não regulamentação das apostas esportivas? (Artigo)

**Luiz Fernando Emediato, Escritor, jornalista e publisher da Geração Editorial**

Quando você terminar de ler este artigo, R\$ 53 mil terão sido sonogados dos cofres públicos. Ao final do dia, R\$ 41,6 milhões, à razão de R\$ 1,73 milhão por hora. O Estado brasileiro perde anualmente até R\$ 15 bilhões de **impostos** que os operadores de apostas esportivas deixam de pagar e remetem para suas sedes em paraísos fiscais. O dinheiro circula sem que o Banco Central impeça. Formidável omissão! Será que o Pix foi criado para movimentar fortunas de criminosos?

A sonegação nem é o maior problema. Parte do dinheiro alimenta o tráfico de drogas, armas e pessoas. Diz a lenda que em um estado do Sul há uma caixa-forte com R\$ 12 bilhões em dinheiro vivo, lavado diariamente.

O Brasil é o último grande mercado para esse setor. Em um ano, houve no mundo 15 bilhões de interações online, 3 bilhões delas (20%!) aqui.

Como chegamos a essa esdrúxula situação?

Em 2018, final do governo **Temer**, o Congresso aprovou a lei 13.756, com prazo de dois anos para regulamentação -prorrogáveis por mais dois-, dispondo como os **impostos** seriam pagos. Considerando-se garantidas por uma lei incompleta, dezenas, e depois centenas, de empresas (e de contraventores, como bicheiros) passaram a operar as apostas online, com sede fora do Brasil.

Quatro anos passados, as empresas operam irregularmente, fazendo propaganda e patrocinando clubes esportivos, com o argumento de que a lei existe e não pagam imposto porque o governo não diz como.

Há outros ingredientes nessa receita: a não regulamentação tem sido impedida, desde sempre, pela parte podre, que prefere lesar o apostador, não pagar **impostos** e usar o dinheiro para suas atividades criminosas.

Os técnicos bem-intencionados do Estado brasileiro no antigo Ministério da Economia prepararam um bom decreto, regulando como o setor funcionaria e como os **impostos** seriam pagos -e, a pedido da parte boa do

mercado, também uma medida provisória contendo penalidades severas para quem insistisse em operar à margem da lei.

Os dois documentos -o decreto e a MP- foram encaminhados para a Casa Civil do governo Bolsonaro. Mas um poderoso lobby criminoso operou junto a políticos e ao próprio presidente. E ele -por omissão ou conivência- não regulamentou a lei.

A omissão -mais um crime de responsabilidade- foi detectada no governo de transição. Empossado o atual governo, o ministro Haddad convenceu o presidente Lula de que as apostas teriam que ser regulamentadas. Uma equipe técnica foi designada e, infelizmente, fundiu o decreto com a MP, com o objetivo ganancioso de dobrar os **impostos**. Iniciativa ingênua, que deve cair no Congresso.

Pior: ao renunciar ao decreto e entregar ao Congresso a decisão, caiu na armadilha do jogo político e dos interesses escusos de parte do Parlamento -criar dificuldades para vender facilidades.

A quem interessa a não regulamentação?

Aos órgãos da mídia televisiva e digital, que veiculam a propaganda dos sites irregulares, meio bilhão de reais por ano? Com certeza não, pois a regulamentação daria transparência e segurança ao negócio.

Aos clubes esportivos que ostentam patrocínio dos sites irregulares em suas camisas? Também não, porque a regulamentação permitirá aos clubes serem atores privilegiados do negócio, com renda adicional.

Aos apostadores, atualmente vítimas de fraudes, de não pagamento de apostas vencedoras, de manipulação de resultados? Também não, por óbvio.

Às plataformas internacionais certificadas, que operam legalmente em vários países? Também não. (As principais se recusam a entrar no Brasil e aguardam a regulamentação).

Conclusão: a não regulamentação só interessa aos criminosos, aos que não conseguirão se credenciar, aos traficantes de drogas, armas e pessoas.

Daí, então, a inconveniente pergunta, que vai para o presidente Lula. Não importa se por decreto, projeto de lei ou medida provisória: quando as apostas serão regulamentadas? Até quando persistirá essa absurda, esdrúxula e criminoso situação?

Não regulamentar é tolerar o crime.

[...] Ao renunciar ao decreto e entregar ao Congresso a decisão sobre a regulamentação, [o governo] caiu na armadilha do jogo político e dos interesses escusos de parte do Parlamento -criar dificuldades para vender facilidades

Luiz Fernando Emediato, Escritor, jornalista e publisher da Geração Editorial

**Site:**

**<https://acervo.folha.uol.com.br/digital/leitor.do?numero=50322>**

# Pacheco diz que senado fiscalizará BC

O presidente do Congresso, Rodrigo Pacheco, afirmou ontem, durante o encerramento do Fórum Jurídico de Lisboa, que o Senado passará a seguir à risca o artigo 11 da Lei Complementar 179, que trata da independência do Banco Central, e fiscalizará a instituição. Segundo ele, a partir de agora, a cada semestre, o presidente da autoridade monetária terá de comparecer ao Senado para prestar contas de suas ações e, sobretudo, explicar as taxas de juros no país. Para o senador, dada à conjuntura atual, com a **inflação** em queda e o real valorizado em relação ao dólar, é preciso entender as reais razões para que a taxa básica de juros (Selic) seja mantida em 13,75% ano, um patamar tão elevado. "Tenho certeza de que o presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto, que está aniversariando hoje, terá enorme prazer em comparecer ao Senado para explicar as bases da atual política monetária", disse Pacheco, que informou que a ida de Campos Neto ao Senado será em agosto.

**Site:**

<https://digital.em.com.br/estadodeminas/29/06/2023/p1>

# CMN discutirá mudança no sistema de metas de inflação, diz Haddad

*Nathalia Garcia, Catia Seabra e Idiana Tomazelli*

Uma eventual mudança no formato do sistema de metas de **inflação** não teria impacto de curto prazo sobre a política de juros, disse nesta quarta (28) o ministro Fernando Haddad (Fazenda).

Sem antecipar o teor das decisões, ele disse que o CMN (Conselho Monetário Nacional) vai debater em reunião nesta quinta-feira (29) a meta de 2026 e a possibilidade de ser adotado um objetivo contínuo, modelo em que o Banco Central precisa perseguir determinado patamar de **inflação** sem se vincular a um ano-calendário fechado -como ocorre hoje.

"Nós vamos pautar nessa reunião essa discussão", disse Haddad. "Não acho que tenha impacto a curto prazo. Eu considero mais um aperfeiçoamento do que a gente considera que está dando certo."

O sistema de metas de **inflação** é regulado por um decreto presidencial de 1999, que foi alterado uma vez em 2017. No modelo vigente, o CMN -formado pelos ministros da Fazenda, do Planejamento e pelo presidente do Banco Central- precisa decidir até 30 de junho de cada ano a meta de **inflação** que vai vigorar três anos à frente.

Neste ano, portanto, o colegiado vai fixar o alvo central da política monetária para 2026. Para 2024 e 2025, o objetivo já foi fixado em 3,25% e 3%, respectivamente, com margem de tolerância de 1,5 ponto percentual.

O decreto também prevê que a meta de **inflação** seja considerada cumprida quando a variação acumulada da **inflação** "relativa ao período de janeiro a dezembro de cada ano calendário" ficar dentro do intervalo de tolerância estipulado pelo CMN. É esse artigo que explicita a regra que o governo agora quer discutir.

Para mudar a sistemática, o presidente Lula (PT) precisa editar um novo decreto.

De acordo com interlocutores, até o início da noite desta quarta não havia previsão de publicação de um decreto para abrir caminho a uma deliberação mais concreta já na reunião de quinta.

Em 2017, quando o governo Michel **Temer** (MDB) quis iniciar a redução paulatina da meta de **inflação** (até

então em 4,5% ao ano) e definir os alvos de até três anos à frente, um decreto foi publicado logo na manhã do dia da reunião extraordinária do CMN, realizada antes da abertura dos negócios no mercado financeiro.

Segundo relatos, integrantes do governo Lula buscam uma posição consensual para alterar o sistema de metas de **inflação**. O formato a ser adotado a partir de 2025 é um dos pontos de discussão entre os envolvidos nas negociações.

Ao tomar sua decisão de juros, o BC não olha para a **inflação** hoje, mas sim para os meses à frente, uma vez que a política monetária surte efeito pleno na economia real com defasagem de cerca de 18 meses, segundo estimativas atuais. Por isso, há uma avaliação de que eventual mudança no sistema para 2024 produziria poucos efeitos práticos.

Já o ano de 2025 começará a aparecer agora, a partir da reunião de agosto do Copom (Comitê de Política Monetária), no chamado "horizonte relevante" das decisões do BC, período que entra na análise da autoridade monetária na hora de decidir o rumo dos juros.

Segundo interlocutores de Lula, apesar do debate em torno da possibilidade de adotar a meta contínua, não há previsão de aumento da meta de **inflação**, com a ressalva de que o presidente pode querer rever essa posição de última hora.

No Palácio do Planalto, apesar das rugas recentes do governo com o presidente do BC, Roberto Campos Neto, a preferência é que a mudança no formato do sistema conte com o endosso do chefe da autoridade monetária -que tem um assento no CMN.

Nas palavras de aliados de Lula, uma alteração no horizonte de cumprimento da meta estaria pactuada dentro do CMN, mas seu formato final ainda será alvo de discussão. O debate tem sido conduzido de perto por Haddad e Campos Neto. Na Fazenda, há uma expectativa de que o Planejamento se alinhe para formar uma posição de governo sobre o tema.

A discussão é conduzida com cautela diante da tensão entre BC e governo e também da sensibilidade do tema, por se tratarem de mudanças estruturais. Não se descarta a possibilidade de o governo emitir uma

sinalização mais firme sobre o objetivo concreto de mudar o sistema de metas, mas implementar o processo mais à frente.

O próprio ministro fez questão de ressaltar que o governo está agindo "sem açodamento" para que as decisões mais adequadas sejam tomadas.

"Ninguém está aqui inventando fórmulas nem transformando o país num laboratório. Pelo contrário, nós estamos adotando boas práticas, trazendo as melhores práticas para efetivamente modernizar a nossa legislação."

Embora tenha dito que um impacto de curto prazo nos juros é improvável, o ministro disse que o aperfeiçoamento é "desejável". Ele indicou que, em países com metas perseguidas em horizontes maiores, a discussão tem sido mais focada na trajetória de convergência da **inflação** para a meta do que em novos aumentos de **juros** para cumpri-la em determinado ano-calendário.

"Na Europa e nos EUA, ninguém está discutindo com o Banco Central para quanto tem que ir a taxa de juros nos Estados Unidos para que a meta de 2% seja atingida. O que se exige é uma trajetória", disse.

Dólar vai a R\$ 4,85 após sinalizações de alta de juros por chefes de BCs globais

O dólar subiu para 1,10%, cotado a R\$ 4,85, e a Bolsa de São Paulo registrou queda de 0,71%, para 116.681 pontos, em reação a falas de autoridades de grandes bancos centrais, que sinalizaram novos aumentos de juros para combater a **inflação**. O presidente do Fed, Jerome Powell, não descartou novos aumentos em reuniões consecutivas do banco central dos EUA, enquanto a presidente do BCE (Banco Central Europeu), Christine Lagarde, confirmou as expectativas de que o banco aumentará as taxas em julho, dizendo que tal movimento é ""provável". Na semana passada, o Banco da Inglaterra havia aumentado os juros em 0,50 ponto percentual, mais que o previsto.

Não acho que tenha impacto a curto prazo [adotar um modelo de meta contínua de **inflação**, em vez de ano-calendário]. Eu considero mais um aperfeiçoamento do que a gente considera que está dando certo

**Site:**

**[https://acervo.folha.com.br/digital/index.do?notop=1&\\_ga=2.30494461.336941445.1688007881-1980247189.1672582619](https://acervo.folha.com.br/digital/index.do?notop=1&_ga=2.30494461.336941445.1688007881-1980247189.1672582619)**

# Censo deve mudar números do emprego - VINICIUS TORRES FREIRE

**VINICIUS TORRES FREIRE**

O Censo do IBGE conta que a população brasileira era de 203 milhões de pessoas em agosto de 2022. Nas pesquisas socioeconômicas mais rotineiras do IBGE, a população era estimada em cerca de 214 milhões, em mês equivalente do ano passado. São os dados da Pnad mensal, trimestral e anual. Pela projeção da população do IBGE atualizada em 2020, seríamos quase 215 milhões no ano passado.

A diferença entre os números do Censo e da Pnad pode ser relevante para se pensar alguns aspectos do mundo do trabalho (a situação estaria melhor do que se imaginava) e a taxa de desemprego. São 11 milhões de pessoas a menos, uma diferença de mais de 5% em relação às Pnads.

Além disso, ao menos na revisão da estatística, o país ficou mais rico (subiu o **PIB** per capita), embora, claro, o número de pessoas dormindo nas calçadas ou sem comida e salário decentes continue na mesma.

Importante: já estava claro que o país precisaria de muita mão de obra imigrante, em especial com mais qualificação, se a economia voltasse a crescer. Com os números do Censo, parece que a necessidade será ainda maior. Vai ter de ser assunto de política de Estado.

Por ora, com os dados à mão, os números novos da população podem, sim, ter relevância imediata para se pensar o emprego.

Por exemplo, os números do Censo devem provocar revisões da taxa de participação na força de trabalho. Isto é, da proporção de pessoas ocupadas ou procurando trabalho em relação à população total em idade de trabalhar (mais de 14 anos, na estatística do IBGE).

Os economistas Samuel Pessoa, pesquisador do Instituto Brasileiro de Economia (Ibre, FGV) e da Julius Baer Family Office (BFO), e Daniel Duque, pesquisador da área de Economia Aplicada do Ibre, FGV, concordam com a avaliação.

E daí? Essa taxa deve subir, caso não sobrevenham revisões do número de pessoas ocupadas ou procurando trabalho. Em tese, pode vir daí também

uma revisão na taxa de desemprego -ainda não é possível saber, com os dados disponíveis.

De todo modo, é possível especular, com base nos dados disponíveis, que a situação do emprego é, quantitativamente, melhor há proporcionalmente mais gente trabalhando.

Como ainda não há dados do novo Censo sobre a população por faixa de idade, se pode apenas especular sobre outras mudanças na interpretação do que se passa com o emprego no Brasil. Por exemplo, se a diferença entre Censo e Pnad for maior entre jovens, é provável que a taxa de desemprego seja menor do que a medida atualmente.

A diminuição da taxa de participação na força de trabalho depois da epidemia é um assunto que tem sido objeto de discussão de economistas. Essa taxa foi de 61,4% no trimestre encerrado em abril, segundo a Pnad mensal. Em abril de 2019, antes da epidemia, de 63,6%. Desde quando há dados comparáveis, 2012, até 2019, a média foi de 62,9%.

Se a taxa de participação em abril fosse a da média de 2012-2019, haveria mais 2,6 milhões de pessoas na força de trabalho (trabalhando ou, mais provavelmente, procurando emprego).

Esse número pode dizer algo sobre a taxa de desemprego. Com menos gente procurando trabalho e tudo mais constante, a taxa de desemprego cai, por exemplo. É o que tem acontecido neste ano.

O motivo é tema de debate. Mais gente recebendo Bolsa Família maior? Ligeira melhora da situação das famílias, ajudando a tirar gente do mercado de trabalho (até para estudar, por exemplo)?

Enfim, mais gente (em termos relativos à população) trabalhando pode indicar um potencial maior de crescimento da economia.

Quanto à situação geral da vida, fica a questão para demógrafos, sociólogos, antropólogos ou economistas: por que o crescimento da população desacelerou tão rapidamente e é tão baixo? O colapso econômico que começou em 2014 tem algo a ver com isso? Leia mais sobre o Censo em Cotidiano

Mais gente (em termos relativos à população) trabalhando pode indicar um potencial maior de crescimento da economia

Vinicius Torres Freire Jornalista, foi secretário de Redação da Folha. É mestre em administração pública pela Universidade Harvard

**Site:**

**[https://acervo.folha.com.br/digital/index.do?notop=1&\\_g](https://acervo.folha.com.br/digital/index.do?notop=1&_ga=2.30494461.336941445.1688007881-1980247189.1672582619)  
**a=2.30494461.336941445.1688007881-  
1980247189.1672582619****

# TCU defende inclusão do Fundo do DF no arcabouço

**MANOEL VENTURA**

Técnicos do Tribunal de Contas da União (TCU) defenderam mudanças nas regras de reajuste do Fundo Constitucional do Distrito Federal (FCDF) e a inclusão dessa despesa dentro do arcabouço fiscal, que ainda depende de nova votação na Câmara para entrar em vigor.

O FCDF banca grande parte das despesas com segurança, saúde e educação da capital federal e é abastecido com recursos da União. Em 2022, foram R\$ 16,2 bilhões, dos quais R\$ 13,8 bilhões foram para pagamento de pessoal.

A Câmara incluiu o Fundo dentro dos limites de gastos do arcabouço fiscal, mas o Senado tirou essa despesa da regra, que obriga uma nova avaliação dos deputados. O presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), promete pautar o tema na próxima semana.

O Fundo do DF é uma das principais questões a serem discutidas.

Hoje, o Fundo equivale a um percentual de toda a receita da União. A Câmara mudou essa regra para essas despesas passarem a crescer da mesma forma que as outras, a serem regidas pelo arcabouço fiscal: ou seja, um crescimento acima da inflação, de 0,6% a 2,5% ao ano, a depender da arrecadação. O TCU apoia essa medida, que os deputados cogitam restabelecer antes de enviar o projeto para a sanção do presidente Lula.

"O fundo teve crescimento muito acima da inflação desde sua criação, o que, daqui para frente, poderia contribuir para a deterioração da situação fiscal da União e do DF, tendo em vista o direcionamento de percentual cada vez maior dos recursos do Orçamento da União para o pagamento de despesas das áreas de segurança e do orçamento do GDF (governo do DF) para arcar com as despesas de pessoal das áreas de saúde e de educação", afirma uma instrução do TCU ao qual OGLOBO teve acesso.

O documento é dirigido ao deputado Cláudio Cajado (PP-BA), relator do arcabouço fiscal na Câmara. O TCU afirma que o Fundo do DF deveria ser calculado conforme a regra geral dos gastos, e não de forma excepcional. Isso é "mais responsável fiscalmente e

ajudaria a limitar a expansão dos gastos de pessoal do DF", diz o texto.

## ALTA ACIMA DA INFLAÇÃO

Entre junho de 2002, início da atualização do FCDF, e junho de 2017, o Fundo cresceu 258%, bem acima da inflação de 160% no período.

"É fundamental destacar que a aplicação de uma regra fiscal de contenção de gastos públicos é de suma importância para o equilíbrio das contas públicas, principalmente frente às novas demandas sociais, ao déficit previdenciário cada vez mais expressivo, à necessidade crescente de investimentos públicos em infraestrutura e, por fim, à escassez de recursos para custear as despesas básicas para manter a máquina pública federal em funcionamento (despesas discricionárias)", ressalta o TCU.

Para os técnicos da Corte de contas, uma gestão fiscal responsável e equilibrada pressupõe que o governo controle e acompanhe constantemente todas as suas receitas e despesas.

**Site:** <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

# Desenrola terá parcelamento em até 60 vezes, com juro de 1,99%

**POLLYANNA BRÊTAS E VINICIUS NEDER**

O Desenrola, programa de renegociação do governo federal, permitirá parcelamento de dívidas em até 60 meses, com prestação mínima de R\$ 50 e taxa de juros de 1,99% ao mês. As regras foram publicadas ontem. O programa divide os beneficiários em duas faixas, e quem deve até R\$ 100 poderá ter seu nome retirado de cadastros de inadimplentes nos próximos 30 dias, a partir da adesão dos bancos ao programa. O Ministério da Fazenda estima que 1,5 milhão de brasileiros deverão ter dívidas perdoadas.

Na faixa 1, o foco são as pessoas com renda bruta mensal de até dois salários mínimos (R\$ 2.640) ou que estejam no inscritos no Cadastro Único para Programas Sociais do governo federal, o CadÚnico.

Neste caso, o programa irá renegociar dívidas de até R\$ 5 mil, e haverá garantia do Tesouro Nacional caso o beneficiário atrase as parcelas.

Na faixa 2, serão renegociadas as dívidas exclusivamente financeiras de pessoas físicas com renda bruta mensal de até R\$ 20 mil. O prazo mínimo de pagamento será de 12 meses. Nesse segmento, não há garantia do Tesouro, e a renegociação será feita diretamente com os bancos.

No caso das dívidas até R\$ 100, o Ministério da Fazenda esclareceu que as medidas não se aplicam a varejistas e a companhias de água e luz. A retirada do nome de cadastros de inadimplentes é exigida apenas de bancos e instituições financeiras.

Embora economistas lancem algumas dúvidas sobre as chances de sucesso do Desenrola, dados recentes mostram que o excesso de endividamento pesa sobre a capacidade de consumo das famílias.

## INADIMPLÊNCIA E JUROS ALTOS

Em maio, o comprometimento do orçamento das famílias com dívidas financeiras ficou em 27,9% da renda, alta de 1,7 ponto percentual em 12 meses, atingindo o recorde da série histórica iniciada em 2011, informou ontem o Banco Central. Já a taxa média de juros do cartão de crédito rotativo atingiu 455,1% ao ano, maior nível desde os 490,33% de maio de 2017.

-Viemos de um período de pandemia muito crítico e longo, que durou um ano, até dois anos. Aquele consumidor que não tinha poupança precisou pedir emprestado -disse Anna Carolina Gouveia, pesquisadora do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getulio Vargas (Ibre/FGV).

O Índice de Confiança do Consumidor (ICC) da FGV voltou, em junho, aos níveis de antes da pandemia, com a desaceleração da **inflação** e uma melhora, ainda que lenta, no mercado de trabalho, mas o componente que mede a situação financeira atual da família continuar ruim.

Na avaliação de Izis Janote Ferreira, economista da Confederação Nacional do Comércio (CNC), o efeito mais imediato do Desenrola deverá ser a queda nos indicadores de inadimplência.

Por outro lado, o programa pode ter pouco efeito sobre a capacidade de consumo das famílias, caso parte relevante das pessoas que aderirem usufrua do benefício da garantia do Tesouro e continue inadimplente.

- Isso vai ser observado pelos bancos, na hora de conceder crédito depois da renegociação das dívidas. Será que essas pessoas vão ter mais acesso ao crédito porque estão fora dos cadastros de negativados ou vão ter risco maior? -questiona Izis.

Ione Amorim, coordenadora do programa financeiro do Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor, vê riscos: - O consumidor pode não conseguir honrar o compromisso do pagamento após renegociar. Ou poderá pagar, mas logo depois voltar a se endividar.

\*

Saiba mais sobre o programa do governo federal

Quem é o público-alvo?

Na faixa 1, os devedores com renda mensal de até dois salários-mínimos (R\$ 2.640) ou inscritos no CadÚnico. Na faixa 2, quem tem renda até R\$ 20 mil. A inscrição é feita pela plataforma Gov.br; é preciso ter nível prata ou ouro.

Que dívidas poderão ser financiadas?

Na faixa 1, dívidas de até R\$ 5 mil. O valor do financiamento será de até R\$ 5 mil, considerado o total das dívidas.

Na faixa 2, de até R\$ 20 mil. Não haverá consolidação de dívidas de vários credores.

Quais serão as condições?

Na faixa 1, até 60 parcelas (mínimo de R\$ 50) e juros de até 1,99% ao mês. Na faixa 2, os bancos negociarão diretamente com os clientes.

**Site:** <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

# Sistema de metas é eficaz, mas pode melhorar, diz estudo

Um estudo elaborado pelo economista-chefe da JF Trust, Eduardo Velho, mostra que a **inflação** brasileira ficou dentro da banda da meta em 70,8% do tempo desde a criação do regime, em 1999. Em todo o período, os preços terminaram o ano abaixo do piso em 4,2% e acima em 25%, somando 29,2% fora do intervalo permitido. A meta central só foi cumprida em 8,3% das vezes.

Hoje, o Conselho Monetário Nacional (CMN) - formado pelo ministro da Fazenda, Fernando Haddad, pela ministra do Planejamento e Orçamento, Simone Tebet, e pelo presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto - se reúne para definir a meta de 2026 e pode, por meio de autorização via decreto presidencial, alterar os percentuais dos anos anteriores.

Segundo sinalizações da equipe econômica, a tendência é que o patamar seja mantido em 3%, com tolerância de 1,5 ponto percentual, mas que seja adotado um horizonte contínuo para seu cumprimento, em substituição ao modelo atual, de ano-calendário.

Apesar de o sistema de metas ter se mostrado bem-sucedido, Velho defende algumas alterações para torná-lo mais eficiente, como a adoção de um objetivo contínuo e a utilização do índice médio de **inflação** em 12 meses no lugar do acumulado no período para aferir o cumprimento.

Além disso, para ele é importante que seja mantido o intervalo de tolerância em 1,5 ponto percentual para cima e para baixo. Embora diga que, em seus cálculos, a **inflação** persistente no Brasil fica em torno de 4,7%, o analista pondera que o melhor cenário seria manter o alvo em 3% e, se aumentar, que fosse para 3,25% com a adoção do horizonte mais flexível.

"Eu concordo que a meta de 3,25% ainda é alta para a estrutura econômica do país, mas a implementação da meta de médio prazo pode tornar o processo mais suave.

Depois, o CMN pode avaliar se há espaço para reduzir novamente para 3%", argumenta o analista.

Para o economista, o CMN não deveria elevar a meta sem abandonar o ano-calendário. Pelo formato atual, o BC persegue um objetivo por ano fechado e o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA)

acumulado de janeiro a dezembro é usado para medir seu desempenho. Se o indicador fica fora do limite permitido, a autoridade monetária precisa escrever uma carta aberta se justificando e indicando a estratégia para resolver o problema.

Em relação à proposta de adotar a média de 12 meses da **inflação**, e não a acumulada, como é feito hoje, o estudo mostra que "entre os anos de 2017 e 2020, a gestão da política monetária seria melhor avaliada em relação ao do IPCA acumulado em 12 meses, pois a **inflação** alvo teria ficado dentro da banda e/ou inferior à meta central.

A variação do índice médio superaria o teto apenas em 2016, pela transmissão da deterioração da **inflação** de 2015", diz o artigo.

"Essa é uma proposta que já estava em um estudo que eu e o economista Fábio Giambiagi fizemos em 2004, quando estávamos no Grupo de Acompanhamento Conjuntural do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea)", disse.

O documento aponta que a substituição da variação da **inflação** em 12 meses pela variação do IPCA médio como critério de desempenho da política monetária daria maior grau de liberdade à política monetária. "Com isso, seria possível evitar de reagir de forma desproporcional diante de choques que sejam vistos como temporários e que tendam a se diluir nos indicadores de **inflação** média ao longo do tempo. Entretanto, também é importante que a adoção da meta pelo IPCA médio não seja interpretada como relaxamento da política monetária, e por isso, defendemos que sejam mantidos os desvios toleráveis da meta central em 1,5 ponto percentual", conclui.

CMN não deveria elevar a meta sem abandonar o ano-calendário Eduardo Velho

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/187588?page=1&section=1>

# Plano da Agricultura Familiar terá R\$ 71,6 bilhões via Pronaf

**Rafael Walendorff e Renan Truffi De Brasília**

O Plano Safra da Agricultura Familiar 2023/24, anunciado ontem em cerimônia no Palácio do Planalto, vai disponibilizar R\$ 71,6 bilhões em crédito para custeio e investimentos dos pequenos produtores por meio do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf). O volume é 34% superior aos R\$ 53,6 bilhões anunciados no início da temporada atual, que se encerrará amanhã.

Serão R\$ 41,6 bilhões para as linhas de custeio de pequenos produtores, com juros que variam de 3% a 6% ao ano. O volume é 42% superior aos R\$ 29,3 bilhões da safra 2022/23. Já os recursos para investimentos vão crescer 24% e passarão de R\$ 24,4 bilhões para R\$ 30 bilhões a partir de julho, com taxas que vão de 0,5%, para as operações do Pronaf B que leva microcrédito produtivo para agricultores em situação de pobreza, até 6% ao ano.

As menores taxas serão para quem produzir de forma sustentável.

São estímulos para a expansão da produção em sistemas orgânicos e agroecológicos, além de produtos da sociobiodiversidade, como açaí, guaraná, erva-mate e borracha e cacau extrativos. Esses produtores pagarão 3% no custeio e 4% nos investimentos.

Agricultores e pecuaristas que investirem em produtos que vão para a mesa dos consumidores, como arroz, feijão e mandioca, terão juros de 4% para o custeio. São os "alimentos de verdade", nas palavras do ministro do Desenvolvimento Agrário, Paulo Teixeira. A medida estimula também a produção de itens como trigo, amendoim, alho, tomate, cebola, além de frutas e olerícolas.

Outra ação anunciada ontem foi o corte de 50% nas alíquotas do adicional do Proagro Mais, espécie de prêmio pago pelos pronafianos para acessar o mecanismo público de gestão de riscos.

A taxa reduzida também vai ser destinada a atividades pecuárias, como apicultura, produção de leite, avicultura de postura, aquicultura e pesca. Segundo Teixeira, a medida vai contribuir com a segurança alimentar do país.

"Queremos garantir alimentos saudáveis e a preços acessíveis, produzidos de forma sustentável.

Vamos ajudar a levar comida de verdade à mesa do povo brasileiro", destacou Teixeira.

O ministro ainda fez um apelo ao presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto, pela redução da taxa Selic. Segundo ele, com juros menores, produtores terão mais crédito para produzir mais alimentos, e que isso pode ajudar a reduzir a **inflação** do país.

Uma das novidades do plano foi o relançamento do Programa Mais Alimentos, criado em 2008. Repaginado, ele vai incentivar produção de máquinas e implementos agrícolas pela indústria nacional adaptadas às pequenas propriedades rurais e o acesso da agricultura familiar a esses equipamentos.

O Mais Alimentos terá juros de 5% ao ano, menores que os 6% ao ano da temporada 2022/23 da linha destinada à aquisição de máquinas e implementos. A disponibilidade de crédito será de R\$ 4,3 bilhões. "Precisamos aumentar a mecanização da agricultura familiar. Lançamos um desafio para a indústria produzir máquinas menores", disse Teixeira. O relançamento conta com parceria da Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos (Abimaq).

Segundo o ministro, o programa é a "menina dos olhos" do presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

"Espero que a gente venda mais máquinas, agora tem mais opção (...) O que nós queremos é que a vida de vocês melhore, que a qualidade dos produtos melhore e aumente", disse Lula no evento.

O presidente disse ainda que os objetivos do plano são diminuir a desigualdade entre pequenos e grandes produtores e ajudar no combate à fome. "Eu quero que vocês produzam o máximo que puderem produzir de alimentos, da maior qualidade, porque a grande arma que precisamos no país é povo de barriga cheia", completou.

O plano tem medidas para jovens e mulheres rurais, maior atenção para quilombolas e indígenas, estímulos à produção no semiárido brasileiro, ações

para expandir a assistência técnica e extensão rural e para estimular o cooperativismo na agricultura familiar.

- "Precisamos aumentar a mecanização da agricultura familiar" Paulo Teixeira

**Site:** <https://valor.globo.com/virador/#/edition/187588>

# Conservadorismo de BCs afeta ativos

**Gabriel Caldeira, Augusto Decker e Arthur Cagliari De São Paulo**

Sinalizações conservadoras dos principais banqueiros centrais do mundo limitaram o apetite por risco dos investidores globais na sessão de ontem, na medida em que as expectativas de juros mais altos por mais tempo ganham força, e a China segue a dar sinais de fraqueza no seu setor industrial.

O sentimento de cautela internacional somou-se, por aqui, ao movimento de correção que os ativos locais realizam nos últimos dias e à expectativa pela reunião de hoje do Conselho Monetário Nacional (CMN). Investidores também relataram preocupação com a decisão do governo de liberar mais recursos ao programa automotivo.

O dólar fechou em alta de 1,01%, aos R\$ 4,8472. O Ibovespa caiu 0,72%, para 116.681 pontos, enquanto nos EUA o índice Dow Jones encerrou a sessão com perdas de 0,22%, a 33.852,66 pontos, e o S P 500 cedeu 0,04%, a 4.376,86 pontos.

O Nasdaq, por outro lado, teve alta de 0,27%, a 13.591,75 pontos.

Investidores globais atentaram ontem a painel do Fórum do Banco Central Europeu (BCE), realizado em Sintra, Portugal. O evento reuniu a presidente da entidade, Christine Lagarde, Jerome Powell, do Federal Reserve (Fed), e Andrew Bailey, do Banco da Inglaterra (BoE), além de Kazuo Ueda, líder do Banco do Japão (BoJ).

Os banqueiros centrais reforçaram a expectativa por mais altas de juros nos próximos meses e voltaram a impactar as projeções do mercado. "Não excluo a possibilidade de subir os juros em reuniões consecutivas", afirmou o presidente do Fed. Para ele, a **inflação** não deve atingir a meta de 2% ao ano em 2023 e 2024, o que justificaria o viés por mais aperto monetário.

Já Lagarde repetiu que, se os indicadores na zona do euro seguirem a trajetória esperada, "é muito provável" que o BCE suba os juros novamente em julho. Bailey, por sua vez, avaliou que a economia do Reino Unido está muito mais resiliente que o esperado, o que dificulta o combate do BoE à **inflação**.

Jennifer McKeown, economista-chefe global da Capital Economics, destacou que o grupo adotou tom duro,

sugerindo que os juros ainda não atingiram o pico e que não há previsão de cortes. Para a analista, o tom dos presidentes dos BCs europeus foi ainda mais agressivo que o de Powell por sinalizarem preocupação maior com o impacto do aumento salarial sobre a **inflação**.

Isso leva a crer que os juros ficarão "mais altos por mais tempo" na Europa do que nos EUA.

Com isso, houve forte busca pela segurança dos Treasuries, o que derrubou os rendimentos. O movimento também ocorreu em correção à forte alta anterior. O retorno da Tnote de dois anos terminou a sessão em baixa de 16,2 pontos-base, a 4,724%, e o da T-note de dez anos caiu 5,4 pontos-base, a 3,713%.

O mercado local de juros, por outro lado, teve orientação própria, em dia de movimentação técnica após a ata do Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central e o IPCA-15 de junho, e antes do Relatório Trimestral de **Inflação** (RTI) e da reunião do CMN.

A taxa do contrato de Depósito Interfinanceiro (DI) para janeiro de 2025 foi de 10,955% para 10,985%; e a do DI para janeiro de 2027 subiu de 10,315% para 10,39%.

"A curva de juros já precificava uma queda de 0,25 ponto percentual da Selic em agosto, então o mercado aproveitou para botar lucro no bolso. Um ajuste normal, dentro das bandas técnicas naturais", afirma Marcelo Boragini, sócio da Davos Investimentos. O executivo diz ainda que a manutenção da meta é dada como certa, talvez com alguns ajustes de prazo.

**Site:** <https://valor.globo.com/virador/#/edition/187588>

# Esteves defende corte de 0,5 ponto na taxa Selic

*Liane Thedim Do Rio*

André Esteves, cofundador e presidente do conselho de administração do BTG Pactual, disse ontem que já está claro que os juros no Brasil começam a cair em agosto, mas frisou que o Banco Central (BC) deveria iniciar o ciclo com um corte de 0,50 ponto percentual, e não de 0,25 como é esperado pelo mercado.

Segundo ele, como a Selic está em um patamar muito alto, há espaço para uma redução mais rápida, sobretudo se a atividade econômica do país começar a desacelerar mais e os Estados Unidos iniciarem a trajetória de afrouxamento monetário.

"Não acho que deveríamos começar em doses muito homeopáticas", afirmou em evento do banco. "A economia está se desinflacionando aos poucos e até a próxima reunião vamos continuar vendo indicadores fracos, como vendas, produção e crédito.

Prefiro um corte 0,5, mas acho difícil que não seja 0,25." Segundo o banqueiro, a renda fixa vai ser retomada nos portfólios diante dos juros mais altos nos EUA e na Europa. "Eu aumentaria a parcela em títulos prefixados ou indexados à **inflação**, e deixaria menor a parcela ligada ao CDI", disse. Segundo Esteves, já é o momento de montar carteira em ações, mas tendo em perspectiva de que é "um mundo mais de renda fixa".

Para ele, o arcabouço fiscal, em tramitação no Congresso, é um sinal de responsabilidade do governo.

"O potencial risco de uma "Argentinização" vai morrendo", comentou, referindo-se às dificuldades que a economia argentina vem sofrendo. "O Brasil vai muito bem. Não apresenta desafios macroeconômicos como vimos nas décadas passadas." No mesmo evento, Mansueto Almeida, economista-chefe do BTG e ex-secretário do Tesouro, disse que a Selic pode fechar o ano abaixo de 12%: "Se o governo mostrar que vai conseguir cumprir seu programa fiscal e avançar em reformas, o ambiente será potencializado para reduções mais rápidas".

- "Eu aumentaria a parcela em títulos prefixados ou indexados à **inflação**" André Esteves

**Site: <https://valor.globo.com/virador#/edition/187588>**

# "Cenário básico é a queda de juro em agosto", diz Berriel

**Alex Ribeiro De São Paulo**

O ex-diretor do Banco Central Tiago Berriel afirma que o cenário básico apontado pelo Comitê de Política Monetária (Copom) é um corte de juros já na reunião de agosto, e que seria preciso uma deterioração muito forte no cenário para isso não ocorrer.

"A barra para desviar desse cenário básico e continuar na estratégia de manutenção dos juros é relativamente alta", afirma Berriel, em entrevista ao Valor. "Teria que ser algo como o Conselho Monetário Nacional [CMN] alterar a meta de inflação para cima." Berriel diz que, dependendo de como evoluir o cenário econômico até a reunião do Copom de agosto, poderia haver até um corte de juro acima de 0,25 ponto percentual, na hipótese de continuidade do recente processo acelerado de reancoragem das expectativas de inflação.

Hoje o CMN se reúne para definir a meta de inflação de 2026, depois de ruídos emitidos no governo sobre a adoção de um objetivo acima dos atuais 3%. Também está sobre a mesa a hipótese de adoção de uma meta contínua, em vez do sistema atual de aferição em anos calendário.

Berriel diz que a ideia é "boa", mas isso deveria ser feito em um momento "de máxima credibilidade do Banco Central".

Berriel discute, na entrevista, o que está por trás da onda mais favorável na economia, em que os especialistas do mercado aumentam as expectativas para o crescimento e reduzem para a inflação. Para ele, pode ser explicado por um choque de oferta favorável, com repercussões para outros preços da economia.

"A política monetária tem que se ajustar", afirma, defendendo que isso abre espaço para o juro cair, ainda que não tanto como se tivesse ocorrido um aumento da ociosidade da economia.

PhD em economia pela Universidade de Princeton, Berriel foi diretor de assuntos internacionais do BC na gestão de Ilan Goldfajn e, atualmente, é estrategista-chefe da BTG Pactual Asset Management. A seguir, os principais trechos da entrevista.

Valor: O Fed disse que ainda precisa subir mais o juro, mas resolveu pausar. Dá para entender?

Tiago Berriel: É uma comunicação conveniente para quem está desacelerando, perto do fim do ciclo, mas com uma toada mais "hawk" [conservadora] que segura a curva de juro, pelo menos nessa parte mais curta. O que é surpreendente, em vários lugares do mundo, é que temos um processo de desinflação, uma taxa restritiva de juros e sinais muitos tênues de desaceleração da atividade econômica e de abertura de hiato do produto [grau de ociosidade da economia].

Valor: Como seria possível a queda da inflação sem dor?

Berriel: Alguma coisa estrutural pode ter mudado, dada a pandemia, a mudança dos padrões de consumo e os problemas da cadeia de produção. Outra possibilidade é que a eficácia da política monetária ficou maior e precisaria pouca abertura de hiato para gerar essa desinflação. Seria a primeira vez que temos um processo de desinflação desse tamanho com tão pouca abertura de hiato. Apesar de nunca ter acontecido na história, se em algum lugar essa coisa poderia dar certo, é nos Estados Unidos, onde temos uma ancoragem de expectativas num nível máximo.

Valor: O que significa para o Brasil esse ambiente internacional?

Berriel: O ambiente específico de política monetária é desafiador.

Taxas de juros mais altas em todo o mundo limitam a possibilidade de a nossa curva de juros encontrar níveis muito mais baixos. Não é uma preocupação imediata porque, apesar de ter todo esse ajuste na curva dos países avançados, as nossas taxas ainda são muito altas comparadas com as demais. Mas, talvez mais para frente no nosso ciclo de flexibilização, isso seja uma questão. Mas existem no ambiente externo algumas vantagens para o Brasil. Uma é a questão geopolítica. O Brasil é um país hoje considerado seguro, amigável para os países ocidentais, com bastante desconto nos preços de ativos. A combinação de preço e geopolítica torna o Brasil atrativo.

Valor: O Banco Central vai baixar os juros em agosto?

Berriel: Pela comunicação, o cenário básico para o Banco Central é um corte em agosto. A barra para desviar desse cenário básico e continuar na estratégia de manutenção dos juros é relativamente alta. Precisaria haver uma deterioração relevante, que não está no radar. Teria que ser algo como o CMN alterar a meta de **inflação** para cima, o que seria algo desestabilizador das expectativas de **inflação** de médio prazo.

Valor: Qual seria a velocidade de corte nesse início?

Berriel: O comitê abusou de termos na direção cautelosa. Ele usou a própria palavra cautela, parcimônia, paciência. Tudo indica que o comitê hoje vê como cenário-base um corte de 0,25 ponto. Mas, de certa maneira, apesar de toda essa intenção de descartar cortes maiores, teremos que acompanhar a evolução dos números de **inflação** e das expectativas. Temos visto um processo de reancorar expectativas mais forte do que o esperado. A gente viu, por exemplo, um ajuste das projeções de **inflação** do boletim no Focus para 2027 nas últimas semanas de 0,35 ponto percentual.

Saiu de 4% para 3,65%. Para 2026, houve um ajuste de 0,3 ponto, de 4% para perto de 3,7%.

Se tivermos um processo mais profundo de reancoragem das expectativas até o próximo Copom, acho que existe a possibilidade de se discutir um corte maior, dado que esse foi um dos condicionantes principais para o comitê comunicar essa cautela.

Valor: Como será o ciclo de distensão depois de agosto?

Berriel: O ciclo de flexibilização seguiria em setembro num ritmo mais forte que 0,25 ponto que deveria começar em agosto.

Quão mais forte é difícil ver agora.

Vai depender do ritmo do grau de reancoragem das expectativas e de como se comporta o hiato. Tem que ser um pouco "date dependent" [dependente da evolução dos dados].

Valor: O núcleo da **inflação** do IPCA- 15 não veio tão bem. Poderá ser um problema?

Berriel: Esse é um debate entre os economistas. Vimos nos últimos meses um processo de desinflação bem disseminado. Inclusive, na margem, os núcleos estão desinflacionários, os serviços também. O último número do IPCA- 15 veio contra essa tendência - um

pouquinho, não reverte a história. A grande questão é o que está por trás dessa desaceleração de serviços e quanto permanente ela é. Existem algumas teorias. A primeira teoria é que isso é resultado da política monetária. A política monetária apertou, apertou o crédito, o hiato teria aberto, e esse hiato mais aberto gerou uma desinflação dos componentes sensíveis ao hiato, que são serviços e núcleos. Nesse ponto, essa história parece um pouco incompleta, pois não vimos uma abertura de hiato condizente com todo esse processo de desinflação.

Outras pessoas argumentariam que o hiato está mal medido, seja por uma questão estatística, de coleta de dados, seja porque o nosso produto potencial cresceu.

São possibilidades coerentes em teoria, mas não temos evidência de que essas coisas estão acontecendo, então acho difícil tomar isso a valor de face. Outra teoria é que a economia, assim como nos Estados Unidos, sofreu uma mudança ligada à dinâmica da pandemia.

As pessoas teriam mudado gostos e padrões de consumo, que fizeram que a aceleração anterior da **inflação** tivesse sido muito forte e que, agora, faz com que seja muito mais fácil. É possível, mas também não temos um padrão histórico para provar as coisas, é complicado definir isso com uma melhor teoria. Então é quase uma boa explicação expost: é possível, mas a gente não tem certeza. O que sabemos é que teve um choque negativo de itens não "core" [que não fazem parte do núcleo de **inflação**], nos preços de alimentos, de energia elétrica, da gasolina. Esse choque negativo muito grande pode ter um efeito secundário sobre os núcleos de **inflação**. Agora, o choque é favorável. É a minha explicação preferida: que estamos numa dinâmica de núcleos mais favorável pelo choque positivo, ou pelo comportamento benigno desses preços "não core".

Valor: Qual é a implicação disso para a política monetária?

Berriel: A política monetária reage a efeitos secundários de choques de preços relativos. Então, por mais que seja uma desinflação generalizada vindo de um choque de componentes exógenos, a política monetária tem que se ajustar a isso. Talvez não se ajustar de uma maneira tão enfática e intensa quanto numa situação gerada por uma abertura de hiato muito relevante. Mas deveria, no mínimo, reduzir o seu grau de restritividade.

Para fazer isso, tem que reduzir o juro nominal mais do que a queda da **inflação**. Para a política monetária é inequívoco que, independentemente do diagnóstico, você tem que agir. Seria melhor que esse diagnóstico

de núcleo mais fraco vindo de choques viesse acompanhado, ao longo de meses, de um hiato mais aberto, que tornasse esse processo de desinflação mais confiável, que vai ser permanente. Veremos se vai acontecer ou não essa segunda etapa nos próximos meses.

Valor: Os economistas estão revendo suas projeções de crescimento da economia para cima e **inflação** para baixo. Não é muito bom para ser verdade?

Berriel: É muito bom para acreditar. Citei isso quando falamos dos Estados Unidos, onde está acontecendo, e acredito que tenha uma chance maior de termos uma melhora no "trade off" de política monetária [custo em termos de perda de atividade para baixar a **inflação**]. No Brasil, é mais difícil, temos todos os gatilhos inflacionários de uma economia que passou por vários ciclos de **inflação** alta, toda a memória inflacionária, todo o comportamento individual de se proteger.

Temos também o fiscal, que não se reverteu tanto quanto nos países desenvolvidos, onde aquele enorme gasto fiscal durante a pandemia retrocedeu bastante. Não decrescemos, em termos reais, os gastos públicos.

Nossas expectativas de **inflação** de prazos mais longos saíram do lugar, coisa que não ocorreu nos Estados Unidos. Por isso, seria ainda mais surpreendente uma melhora de "trade off" de política monetária no Brasil, que a gente desinflacione com pouquíssima abertura de hiato, com pouquíssimos decréscimo de atividade.

No entanto, a gente tem esse choque de preços "não core", tivemos um pouco de sorte.

Valor: Alguns analistas defendem que, como o Banco Central fez quando o sr. estava lá, na gestão Ilan Goldfajn, deveria segurar a baixa de juro até as expectativas de **inflação** se ancorarem na meta. A situação agora é igual?

Berriel: É diferente. Na nossa época olhávamos o painel de controle de política monetária e víamos todos os ponteiros indicando que a desinflação viria e seria sustentável. Tinha o fiscal com uma nova credibilidade do teto de gastos, em torno de 9% do **PIB**, se você fosse conservador na estimativa. As expectativas de **inflação** estavam próximas da meta, e na meta para horizontes mais longos. A única coisa que a gente não tinha, em meados de 2016, era um processo de desinflação em andamento com uma boa composição. Os núcleos estavam muito altos. Quando a desinflação veio, tínhamos muita segurança no diagnóstico. Agora é um pouco o contrário. Estamos

primeiro vendo uma desinflação forte, em parte por esses itens não core. E as condições como abertura de hiato e ancoragem das expectativas estão vindo ao longo do caminho. Não quer dizer que esse processo não vai ser duradouro, mas ele é diferente.

E o BC, até agora, teve uma postura muito positiva de esperar ter mais segurança para ver se esse processo vai gerar uma reancoragem e se vai gerar uma abertura de hiato condizente com o processo de desinflação.

Valor: O Banco Central está dividido entre um grupo majoritário que sinaliza baixar o juro em agosto e um grupo minoritário mais cauteloso.

É possível iniciar um ciclo com credibilidade sem ter uma maior coesão dentro do Copom?

Berriel: Existe uma mudança institucional dentro do Banco Central. O Banco Central independente tende a tornar públicas opiniões diferentes sobre condução de política monetária.

Cada membro do comitê tem um mandato separado, ninguém pode ser demitido no meio do caminho.

O comitê terá indicações feitas por diferentes governos, que vão gerar uma maior heterogeneidade de formações, de opiniões, de ideias. Quando a gente olha o debate que foi colocado na última ata do Copom, acho que existe uma heterogeneidade não de diagnóstico do que está acontecendo, mas do nível de evidência que é necessário para ter conforto com o processo de desinflação. Acho que isso é normal.

Pessoas diferentes têm diferentes níveis de conforto diferentes com a quantidade de evidências disponível. Temos uma governança que define como são tomadas as decisões do Copom, é por maioria simples. Não está claro que realmente vai ter uma decisão de início de flexibilização não unânime. Mas se a gente tiver, faz parte do processo.

Valor: Tivemos a aprovação do arcabouço fiscal na Câmara, que foi lido como positivo pelo mercado.

Mas depois houve retrocessos no Senado e ninguém se incomodou. Será que o risco fiscal mais recente está sendo subestimado?

Berriel: O arcabouço tem que ser lido como um desejo de entregar uma trajetória de superávits primários. Deve ser atingida apesar de ter uma regra de crescimento de gastos do governo. A questão relevante para o mercado é se vai ser entregue a trajetória de primário prometida, mesmo se vai ter ou não exceções na regra de gasto. Isso pode ser feito

via aumento de arrecadação, essa é a estratégia do governo. Sobre essa estratégia de aumento de arrecadação, ainda existe incerteza, e essa incerteza pode ser uma boa notícia, porque a gente pode conseguir atingir uma arrecadação que leve às metas de superávit primário para 2024, 2025 e 2026. Só que, como isso não está ainda definido, e o mercado só vai se preocupar quando estivermos discutindo elementos da **reforma tributária** no segundo semestre e quando houver uma visão melhor de como será a arrecadação de 2024 em diante.

Valor: O CMN se reúne para definir a meta de 2026, e se discute a adoção de uma meta contínua. Seria uma boa ideia?

Berriel: Acho que é uma ideia boa. A definição de meta em anos-calendário é uma coisa estranha, idiossincrática. Você tem como objetivo algo que não pode controlar muito, que é a **inflação** no próprio ano. O momento ideal para fazer isso é o momento de máxima credibilidade do Banco Central, com vários anos entregando a meta. Não é o caso agora. A gente tem muito ruído político sobre a atuação do BC.

Valor: E como ficam os juros no fim do ciclo de baixa?

Berriel: Em geral é muito difícil você pousar o avião exatamente no juro neutro. Quando você faz um ciclo de flexibilização, você sempre espera fazer a convergência da **inflação** para a meta de um jeito que chegue no final do ciclo exatamente no juro neutro. No Brasil, seria uma taxa de **inflação** em torno de 3% e um juro neutro real, segundo o Banco Central, de 4,5%. Isso dá um juro nominal de 7,5%. Esse seria o sonho de qualquer banqueiro central, mas em geral você não consegue fazer isso. Em geral, alguma coisa acontece no caminho e você não chega no juro neutro. Ou você apertou tanto, sua atividade foi tão mais fraca, que você tem que passar direto pelo juro neutro. Aconteceu isso em 2018, a gente queria ir para o neutro, mas no fim teve que passar do território contracionista e ir para o território estimulativo.

- "BC independente tende a tornar públicas opiniões diferentes sobre condução de política monetária"

- "É muito difícil pousar o avião exatamente no juro neutro. Seria o sonho de qualquer banqueiro central"

#### Notícias Relacionadas:

VALOR ONLINE

'Cenário básico é a queda de juro em agosto', diz Berriel

Site: <https://valor.globo.com/virador/#/edition/187588>

# Superávit recorde em 2023 deve ultrapassar US\$ 70 bi

**Domingos Zapparoli**

O Brasil está a caminho de conseguir novo saldo recorde em sua balança comercial em 2023. Projeções de diferentes analistas indicam um superávit na casa dos US\$ 70 bilhões, resultado que supera com folga os US\$ 62,3 bilhões registrados em 2022, o melhor ano da história até aqui.

O bom desempenho, porém, será obtido diante de uma provável queda na corrente de comércio. A soma das transações de exportações e importações deve ser inferior à verificada em 2022, quando totalizou US\$ 607,7 bilhões, resultado de vendas de US\$ 335 bilhões e compras de US\$ 272,7 bilhões.

"Teremos um superávit grande, mas obtido sem aumento de ganhos de receitas com as exportações e forte retração nas importações", observa José Augusto de Castro, presidente executivo da Associação de Comércio Exterior do Brasil (AEB).

A associação divulga em julho a atualização de suas projeções para a balança. Castro antecipa que os números preliminares confirmam o cenário previsto pela AEB no início do ano. O novo prognóstico manterá um superávit da ordem de US\$ 72 bilhões, auferido com a manutenção ou uma ligeira queda nas receitas com as exportações e uma redução, por volta de 6%, nas importações, o que resultará em uma corrente de comércio entre 2% e 4% menor no ano.

A MB Associados projeta um superávit de US\$ 70 bilhões. O Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (Ibre-FGV) trabalha com uma janela entre US\$ 72 e US\$ 75 bi. "Se nenhum imprevisto ocorrer", ressalta a economista Lia Valls. A projeção da LCA Consultores é de um saldo comercial de US\$ 80 bilhões. O boletim Focus do Banco Central, com a previsão de analistas do mercado financeiro, indicava em 23 de junho saldo de US\$ 62 bilhões.

A estimativa oficial do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (Mdic) é bem mais otimista: US\$ 84 bilhões. A previsão de uma queda na corrente de comércio é compartilhada por todos os analistas.

De acordo com a Secretaria de Comércio Exterior (Secex) do Mdic, entre janeiro e a quarta semana de

junho, as exportações brasileiras somaram US\$ 159,56 bilhões, com crescimento de 1,3% em relação ao mesmo período de 2022. As importações caíram 6,4%, para US\$ 116,55 bilhões. A balança comercial apresentou superávit de US\$ 43 bilhões, expansão de 30,8%, e a corrente de comércio registrou queda de 2,1%, limitando-se a US\$ 276,11 bilhões.

Entre janeiro e maio, os últimos dados consolidados disponíveis, as exportações da agropecuária cresceram 7,5% e somaram US\$ 35 bilhões, as vendas da indústria extrativista, na qual estão minérios e petróleo, aumentaram 1,1% e chegaram a US\$ 29,5 bilhões. A indústria de transformação registrou crescimento de 2,9% e alcançou US\$ 71 bilhões. Farelo de soja, óleos combustíveis, celulose, ferro gusa, metais básicos e proteínas animais são os principais itens exportados pela indústria brasileira.

O desempenho das exportações só não foi melhor em decorrência da desvalorização dos principais itens exportados pelo país: soja, petróleo e minério de ferro, que, juntos, respondem por 40% dos embarques. Os preços médios verificados pelo Mdic no petróleo entre janeiro e maio caíram 21,6% em relação ao mesmo período de 2022, minério de ferro, 13,9% e a soja, 3,8%.

O boletim Icomex elaborado pelo Ibre-FGV destaca que o volume total exportado pelo Brasil até maio cresceu 9% em relação ao mesmo período de 2022, mas os preços das mercadorias brasileiras nos mercados internacionais recuaram 4,6% no período. "Estamos vendo uma acomodação nos preços das commodities, após uma alta expressiva nos últimos anos gerada pela pandemia e guerra na Ucrânia", diz Lia Valls. A projeção do Ibre é de uma expansão de 5,4% nos volumes embarcados em 2023, mas sem aumento na mesma proporção da receita em dólar.

"Até aqui, o aumento de volumes compensou a queda de preços, mas esse não é um cenário sustentável", diz Castro.

No segundo semestre, o panorama não é tão favorável. Os embarques agrícolas, principalmente de soja em grãos, se concentram na primeira metade do ano. Além do fator sazonal há o conjuntural. Os principais parceiros comerciais dão sinais de redução em suas atividades econômicas e, portanto, menor

propensão às compras.

A China, país com o qual o Brasil registrou um superávit de US\$ 19,8 bilhões até maio, teve crescimento de 4,5% no primeiro trimestre, mas já em abril e maio as atividades econômicas perderam força. A Argentina, que proporcionou ao Brasil um saldo de US\$ 2,5 bilhões até maio, enfrenta os efeitos de uma **inflação** de 110% ao ano e as incertezas de uma eleição presidencial. Estados Unidos e União Europeia convivem com elevação em suas taxas de juros e desaquecimento econômico.

A redução das importações brasileiras em 2023 é influenciada por uma queda nos volumes adquiridos no exterior somada a uma queda ainda maior nos preços dessas mercadorias. "Semicondutores, equipamentos de telecom, autopeças, produtos químicos são itens que estavam inflacionados por problemas em suas cadeias produtivas, que agora estão sendo superados", diz Ana Luísa Lisboa de Mello, economista da LCA Consultores, que projeta gastos até 10% com importações em 2023.

Combustíveis e fertilizantes, os dois principais itens importados pelo Brasil, tiveram seus preços reduzidos até maio em 13% e 30% respectivamente, de acordo com os registros do Mdic. Em volumes, a queda nas compras foi verificada em todos os principais itens, tato em bens básicos como os adquiridos pela indústria de transformação.

"A redução nas importações é sinal de baixo dinamismo na economia brasileira, uma vez que apenas as atividades ligadas ao agronegócio apresentam expansão no ano, enquanto a indústria, o consumo e os investimentos patinam", diz Sérgio Vale, economista-chefe da MB Associados.

Historicamente, o Brasil exporta e importa pouco e o impacto da corrente de comércio no Produto Interno Bruto (**PIB**) do país é baixo, por volta de 30%, enquanto em países membros da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) a média supera 70% do **PIB**. Em 2022, a corrente de comércio respondeu por 31,7% do **PIB** brasileiro, nas contas da MB Associados o índice recuará para 27,3% em 2023.

"Somos uma economia fechada e nosso comércio é muito dependente de preços internacionais que não controlamos", diz Sergio Vale. "Precisamos de acordos com países e blocos econômicos ricos que ampliem significativamente nossa corrente de comércio", complementa.

Hoje, avalia o economista, apenas a agropecuária e a indústria mineral brasileira estão integradas

globalmente, enquanto a manufatura está excluída das cadeias produtivas globais. Ampliar a corrente de comércio teria o efeito de gerar mais produtividade para a indústria de transformação.

Em 2000, os produtos manufaturados respondiam por 59% da pauta de exportação brasileira, em 2022, por 29,6%.

**Site:**

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/187588?page=1&section=1>